



PT responde à trégua de Figueiredo:

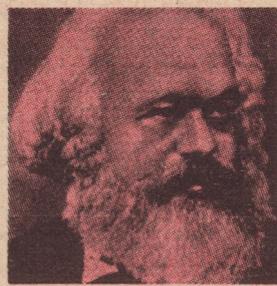
Pelo fim do regime militar!



EL SALVADOR

**Vitórias
decisivas
da FMLN**

Págs. 8 e 9



Centenário da morte de Karl Marx

Cem anos depois, a atualidade do marxismo

Pág. 16



DIA 22/3 DIA NACIONAL DE LUTA

**Os patrões e o governo que
paguem a crise!
Pela derrubada do decreto salarial!**

Pág. 11



CAMPANHA FINANCEIRA

Leia, contribua, assine e divulgue EM TEMPO:

A sustentação da imprensa dos trabalhadores depende basicamente de seus leitores.

A sobrevivência da imprensa alternativa depende do apoio que recebe de seus leitores. Esta é uma verdade que aparecia transparentemente nos períodos da repressão mais feroz, direta e violenta da ditadura. Mudou o momento da luta de classes, mudaram os métodos de amordaçamento da imprensa independente que coloca suas páginas a serviço da luta dos trabalhadores.

EM TEMPO entra em seus seis anos de vida fustigado violentamente pelas pressões econômicas. É uma luta sem dúvida desigual. Os preços do papel, de composição e impressão do jornal subiram assustadoramente nestes anos de inflação acelerada e não param de crescer a todo momento. Se somarmos aos gastos os custos referentes a pagamento de aluguéis para a sede e sucursais, do funcionamento cotidiano, do pagamento de uma equipe mínima de funcionários administrativos e jornalistas teremos um gasto médio mensal em torno a Cr\$ 2.000.000,00.

Do lado das receitas, trata-se de uma arrecadação difícil de ser centralizada e que não consegue acompanhar a velocidade do aumento dos custos. O jornal não conta com anunciantes regulares. As receitas de banca até hoje não se recompuseram dos danos à distribuição causados pela onda terrorista de 1980. E, de um terço a dois terços do preço da capa do jornal são apropriados seja pelo banqueiro seja pela distribuidora. Temos ainda preferido não aumentar o preço de capa do jornal na mesma velocidade da inflação pois inviabilizaria a sua penetração em faixas dos trabalhadores onde é maior o desafio para seu crescimento e influência.

Por isso tudo estamos lançando esta campanha financeira simultaneamente a um esforço renovado no sentido de aumentar significativamente o número de assinantes. Ela permitirá não apenas a continuidade de um jornal que já tem sua história na luta dos trabalhadores brasileiros, como criará condições para que possamos investir em novas conquistas jornalísticas e políticas.

EM TEMPO, no seu 5º aniversário, promove:

PROMOÇÃO Nº 1: Fazendo sua assinatura anual do EM TEMPO (Cr\$ 2.000,00) você ganha o caderno **Malvinas, contradições do capitalismo e revolução social** de Marcelo Zugadi.

PROMOÇÃO Nº 2: Fazendo sua assinatura anual do EM TEMPO conjunta com a revista **Perspectiva Internacional**, (Cr\$ 3.300,00), você ganha, além do caderno **Malvinas**, 5 edições históricas do EM TEMPO, escolhidas entre as listadas abaixo.

PROMOÇÃO Nº 3: Adquira a coleção completa do EM TEMPO, composta por 165 números, por apenas Cr\$ 7.000,00.

PROMOÇÃO Nº 4: Assinatura vitalícia do jornal. Você paga Cr\$ 20.000,00 uma vez e recebe seu EM TEMPO em casa, para sempre.

PROMOÇÃO Nº 5: Em cada 4 assinaturas do EM TEMPO ou da revista **Perspectiva Internacional** que você apresentar, leva a sua assinatura, no peito.

Edições que marcaram época

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> 1) nº 3 — "Luta pela anistia em todos os cantos" | <input type="checkbox"/> 8) nº 107 — "Lula contra-ataca, agora o PT" |
| <input type="checkbox"/> 2) nº 8 — "Bombas contra a anistia" | <input type="checkbox"/> 9) nº 130 — "PT-200.000 filiados" |
| <input type="checkbox"/> 3) nº 17) — "Listão dos 233 torturadores" | <input type="checkbox"/> 10) nº 141 — "O PT e o socialismo" |
| <input type="checkbox"/> 4) nº 23 — "Terror de direita continua impune" | <input type="checkbox"/> 11) nº 142 — "Polônia-golpe da burocracia" |
| <input type="checkbox"/> 5) nº 86 — "O PT sai prás ruas" | <input type="checkbox"/> 12) nº 147 — "Íntegra da plataforma nacional do PT2" |
| <input type="checkbox"/> 6) nº 102 — "Greve no ABC" | <input type="checkbox"/> 13) nº 149 — "Malvinas: o imperialismo ataca" |
| <input type="checkbox"/> 7) nº 103 — "Prestes exclusivo: porque o PCB rachou" | <input type="checkbox"/> 14) nº 155 — "Nicarágua: festa e revolução" |

- | | | | |
|--|---|----------------|--|
| <input type="checkbox"/> Promoção nº 1 | — | Cr\$ 2.000,00 | (marque na lista com um X as edições escolhidas) |
| <input type="checkbox"/> Promoção nº 2 | — | Cr\$ 3.300,00 | |
| <input type="checkbox"/> Promoção nº 3 | — | Cr\$ 7.000,00 | |
| <input type="checkbox"/> Promoção nº 4 | — | Cr\$ 20.000,00 | |

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____
Estado: _____

A Editora Aparte Ltda. • Rua Francisco Leitão, 57
• CEP 05414 • São Paulo • Assinatura anual Cr\$ 2.000,00

Fique por dentro:

Livros da Editora Antídoto (Portugal) a preços especiais!

A Luta pela Democracia Socialista na URSS - E. Mandel	600,00
Atualidade de Rosa Luxemburgo - Norman Geras	700,00
Introdução ao Marxismo - E. Mandel	700,00
Crítica ao Eurocomunismo - E. Mandel	700,00
Da Comuna a Maio de 68 - E. Mandel	800,00
Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes - E. Mandel	600,00
Sobre o Fascismo - E. Mandel	400,00
Ser Mulher na URSS - Tamara Volkova/D. Bor	600,00
A Revolução Desfigurada - L. Trotsky	600,00
A Revolução Traída - L. Trotsky	900,00
Programa de Transição - L. Trotsky	600,00
Questões do Modo de Vida - L. Trotsky	600,00
Lições de Outubro - L. Trotsky	500,00
Balanço e Perspectiva - L. Trotsky	600,00

Pedidos para a Editora Aparte Ltda

PT responde a Figueiredo:

Editorial

Não a conciliação!

TRÉGUA?

Queremos o fim do regime militar!

PT vê com apreensão o quadro político nacional. As oposições, perplexas, deixam, nos temas propriamente políticos, a iniciativa ao sistema, e este, acuado pelo debate econômico e pelas graves e reiteradas denúncias de corrupção governamental, pede trégua e propõe negociação, mas o faz segundo os seus termos, definindo, de antemão, aquilo que pode ou não ser negociado.

Figuras proeminentes das oposições, eleitas para o governo de grandes estados da federação, já vinham, desde a campanha eleitoral, propondo um projeto de ampla conciliação, visando à institucionalização do regime militar, sob a forma de autoridade "democracia".

Governo e oposições burguesas preparam a institucionalização do regime militar.

Por baixo dessas atitudes, aparentemente patrióticas e superiores, repousa a inequívoca intenção de marginalizar-se o PT e os setores populares dos demais partidos de oposição, para abafar sua luta contra o regime militar e sua posição na defesa dos trabalhadores, contra a opressão decorrente das medidas adotadas a propósito da questão salarial e suas implicações.

É por isso que o PT adquire a consciência de que não pode, como partido político, fechar-se sobre si mesmo, deixando de aglutinar-se com segmentos partidários que se engajam nas lutas específicas em prol da classe trabalhadora.

Para tanto, o PT deve assumir iniciativas que, adotadas em seus vários níveis, possam repercutir na ação política — parlamentar e social — buscando alterar

A "conciliação" visa marginalizar o PT e os setores populares dos demais partidos de oposição.

o panorama existente, para que se adotem orientações, nos vários campos, de sorte a denunciar-se as verdadeiras intenções de quantos pretendem imobilizar os avanços e os ganhos dos trabalhadores no setor social e político, mediante a institucionalização do sistema, pois, em verdade, o que se objetiva é a permanência do mesmo esquema de "poder" inaugurado em 1964.

Aliás, essa impressão transparece nas determinações do Ministro do Exército, quando recua as manifestações relativas ao golpe de 64 para o recesso dos quartéis. Isto diz bem de perto da sua conclusão de que o sistema está em vias de se institucionalizar, podendo se dar ao luxo de patrocinar a eleição direta ou indireta, no regime presidencialista ou parlamentarista, de um homem oriundo da sociedade civil.

Partindo desta visão política da conjuntura, o PT irá propor a todos os brasileiros realmente engajados na luta pelo fim do regime militar, no sentido de mobilizar os trabalhadores e o povo, medidas centradas em questões práticas, como seja o problema salarial, do desemprego e da crise econômica que oprime a

O PT foi o único partido de oposição que se declarou contrário à trégua do general Figueiredo. Em meio a vozes conciliatórias e capitulacionistas por parte dos líderes da oposição, o Partido dos Trabalhadores veio a público, através de seu presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, reafirmar seu compromisso de mobilização e luta dos trabalhadores pelo fim do regime militar. Aqui, a íntegra da nota política lançada pela Executiva Nacional do PT.

nação. Não declinará da luta por eleições livres e diretas para todos os níveis, da luta pela imediata revogação da LSN, da lei dos estrangeiros e outras restritivas da liberdade, para que a transição que se trama não advenha mais uma vez de cima para baixo, em prejuízo e desrespeito à classe trabalhadora e ao povo brasileiro.

Nesse sentido, o PT resguarda a sua posição, a qual decorre de seu programa

O PT propõe uma mobilização dos trabalhadores e do povo contra o arrocho e pela liberdade.

de atuação, de indeclinável inflexibilidade na superação do regime militar-tecnocrata e não da sua simples reforma. E não transigirá em cima desses pontos, que são princípios programáticos e intocáveis, considerando ademais que a situação econômica, social e política do país, criada pela incapacidade desse sistema, não encontrará equacionamento nas negociações que ora se fazem com o mundo financeiro internacional, nem em concha-

A única saída está no fim do regime militar-tecnocrata e não na sua simples reforma.

vos políticos de cúpula, que desnaturaram a determinação do povo em conseguir uma verdadeira democracia para o país.

É por isso que, nessa perspectiva, a defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores, o PT não temerá o debate com quem quer que seja.

**São Paulo, 06 de março de 1983
EXECUTIVA NACIONAL
DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES**



(Charge da revista Senhor de 9/3/83)



A nota oficial da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores sobre a proposta de trégua anunciada pelo general Figueiredo deve ser saudada como mais um passo, e importante, no sentido de romper o imobilismo no qual o partido vem se arrastando após o período eleitoral. Constitui, junto com a recente resolução aprovada pelo Diretório Nacional indicando que o PT deve lutar para ser "direção dos movimentos sociais" — posicionamento básico para a atual conjuntura e o futuro do partido.

A repercussão da nota no cenário político foi em grande parte neutralizada porque todas as atenções estavam voltadas para a posse dos governadores peemedebistas e de Brizola e todos estes veiculam uma mensagem abertamente conciliatória.

Mas a postura do PT de repudiar um acordo com a ditadura e de não transigir na defesa dos interesses dos trabalhadores é muito mais ampla, profunda e generalizada do que pode pressupor a força aparente do movimento pela conciliação nacional. Ela se expressa de mil formas. Até mesmo na posse de Montoro: que distância entre o tratamento respeitoso dado pelo novo governador de São Paulo aos representantes da ditadura e a vaia da massa que praticamente não deixou o ex-governador Marín falar? Que distância entre a vontade de influir diretamente nas decisões, demonstrada nas mobilizações de tantas entidades, e as fórmulas ócas, vazias, do PMDB e Brizola que nem eleições diretas para prefeito assumiram? Que distância entre o desespero dos trabalhadores diante do desemprego e da inflação e as declarações de governo de austeridade já lançadas pelos novos governadores eleitos pela oposição?

Para que o PT impulse e expresse esse potencial de mudança — que pode ser amaciado, adiado, mas não negado pelos políticos burgueses — é preciso, no entanto, que ele tenha posições políticas corretas e tome iniciativas coerentes no sentido de colocá-las em prática. Daí a importância do posicionamento do PT neste momento chave sobre a trégua proposta por Figueiredo.

Tão importante, assim, quanto elogiar a iniciativa é apontar-lhe as insuficiências. Em primeiro lugar, se o PT quer ser o centro de um movimento político mais amplo que se contraponha à conciliação nacional, trazendo para sua influência outros "segmentos partidários que se engajam nas lutas específicas em prol das classes trabalhadoras" ou "todos os brasileiros realmente engajados na luta pelo fim do regime militar" ele deve ter uma proposta clara. E a proposta política do PT não pode ser outra senão a da convocação de uma Assembleia Constituinte, precedida da derrubada do regime militar e com a sua soberania garantida por um governo formado pelas forças políticas que derrubaram a ditadura. Esta bandeira democrática que, de forma cada vez mais evidente, expressa as necessidades políticas dos trabalhadores na atual conjuntura.

Em segundo lugar, o partido tem que tomar iniciativas unitárias nacionalmente para colocar todos os seus militantes em torno a uma proposta de mobilização dos trabalhadores contra o arrocho salarial, o desemprego e todos os efeitos da crise econômica. É só através desse esforço que se criará um campo para ir politizando o movimento, interagindo as reivindicações dos trabalhadores com a necessidade da mudança do regime, fundindo, soldando, o movimento contra a ditadura e a conciliação.



O palco: Salão Nobre do Colégio Americano de Vitória. A data: 19/01/83. Figurante único da peça: governador eleito do Espírito Santo, Gerson Camata. Platéia muda: prefeitos, vereadores eleitos e lideranças do PMDB. Ato único - monólogo: "Vou escolher meu secretariado sem aceitar intromissões e depois posso apresentar os nomes à Executiva do Partido".

Com esta peça, acabava boa parte dos ânimos dos que esperavam pelas promessas de um governo popular propagado durante a campanha eleitoral, quando o senhor Gerson Camata, um egresso da antiga Arena, pela qual foi deputado federal e líder da ditadura no Congresso Nacional, prometia ouvir o PMDB e as entidades de classe para

Um fazendeiro do café e empresário do ensino privado para a Educação.

formar o seu programa e a equipe de governo.

Desde o segundo dia de apuração das eleições do ano passado, quando o PMDB já era o virtual vencedor do pleito, começaram as articulações dos grupos e entidades de classes com vistas a ocupar os espaços prometidos pelos maiores caciques do PMDB. Essa movimentação aumentou ainda mais quando o próprio Camata procurou as entidades

"Lutei por uma mudança contra a ditadura para moralizar a situação e agora caio na mesma masmorra" - Do diretor do Sindicato dos Médicos em protesto pela indicação do Secretário da Saúde.

de classe e pediu que elas realizassem seminários para discutir políticas de governo para as respectivas áreas.

Assim é que foram convocados e realizados seminários de Saúde, Comunicação Social, Meio Ambiente, Cultura, Movimentos Comunitários e inúmeros outros. Cada entidade, além de discutir os pontos básicos apresentados como proposta para o programa de governo, traçou também o perfil dos secretários para as pastas relacionadas às respectivas áreas profissionais. Algumas categorias fizeram listas de nomes viáveis para as secretarias, também atendendo a apelos demagógicos do governador eleito.

Essa euforia, no entanto, teria seu início do fim decretado na peça pregada por Camata no palco do Colégio Americano de Vitória, quando o PMDB realizava um Seminário para Prefeitos e Vereadores eleitos e lideranças do partido.

Mesmo assim, alguns mais afoitos continuaram as articulações e diversos outros

seminários de categorias profissionais foram realizados e mais programas e mais listas de nomes secretariáveis.

O golpe final nessas ilusões, por fim, foi dado no último dia 11 de fevereiro quando foi anunciado o secretariado do futuro governo. A primeira reação veio da ex-presidente da União dos Professores do Espírito Santo e deputada federal pelo PMDB, Mirtes Bevilacqua contra o nome do deputado Wilson Haese, um fazendeiro de café e empresário do ensino pago, indicado para a Secretaria da Educação.

O magistério, segundo Mirtes havia apresentado uma lista de seis nomes dos quais deveria ser escolhido um e o de Haese não constava. "Foi uma decisão antidemocrática. A classe não foi ouvida, descumprindo um acordo, e foi imposto um deputado que sempre fez questão de frizar que sua luta era em favor dos produtores de café", desabafou a deputada.

"A gente pode reivindicar o voto de volta?" - Do presidente do Sindicato dos Jornalistas, referindo-se ao voto a Camata.

Duas horas após o anúncio dos secretários o Sindicato dos Jornalistas divulgava uma nota em protesto ao nome de Edgard Cabidelli para a Secretaria de Comunicação Social. Ao indicar o publicitário Edgar Cabidelli, dizia a nota, o governador eleito desrespeitou a categoria que reivindicava um nome que pertencesse pelo menos ao quadro dos jornalistas, evidenciando a falta de compromisso com os trabalhadores, ao contrário do que afirmou o governador durante toda a campanha.

Protestos veementes partiram também contra o nome do deputado Hermes Laranja, indicado para a pasta de Indústria e Comércio. Laranja é conhecido pelas suas posições facistas desde sua atuação dentro do Instituto Brasileiro do Café, quando perseguiu funcionários.

Os Administradores que também realizaram seu seminário e da mesma forma apontaram nomes para a pasta tiveram como porta-voz de protesto o deputado estadual Antonio Pelaes que emitiu nota em nome da categoria que repudiava a indicação da economista Joanita Lima "numa demonstração de desrespeito à classe que não teve suas reivindicações sequer analisadas pelo governador eleito".

"Não vou permitir a continuação destas invasões de terrenos urbanos e para isso usarei inclusive da força policial" - Do novo Secretário do Bem Estar Social, Nelson Aguiar, outrora notório defensor dos favelados.

Para agravar ainda mais a situação o médico Douglas Pupim, secretário indicado para a Saúde, deu entrevista ao jornal *A Gazeta*, edição de 20 de fevereiro, apresentando seu plano de trabalho, que contraria em muitos pontos, o documento elaborado pelo Seminário Sobre Saúde. E o diretor do Sindicato dos Médicos, Geraldo Pignaton, um dos coordenadores da campanha do PMDB, voltava a afirmar: "temos é que denunciar esse desrespeito à classe e à população". Nervoso, saiu a convocar uma assembleia dos médicos para discutir o assunto, depois de fazer um desabafo: "fui perseguido durante 11 anos pelo governo da ditadura. Lutei por uma mudança para moralizar a situação e agora caio na mesma masmorra".

O presidente do Sindicato dos Jornalistas, Edwaldo dos Anjos que assinou a nota de protestos contra o nome indicado para a pasta de Comunicação Social e por isso está sendo achincalhado por um grupo de jornalistas ligados a Camata, chegou a ser folclórico numa pergunta-desabafo: a gente pode reivindicar o voto de volta?, referindo-se ao voto que deu a Camata nas últimas eleições.

Um agravante para Camata no caso do conflito com os jornalistas é que ele pertence à classe, sendo diretor da Federação Nacional dos Jornalistas.

Metamorfose

O deputado Nelson Aguiar, outrora conhecido pela sua posição de defensor intrasigente dos favelados e invasores de terrenos vagos na Grande Vitória, parece ter passado por uma lavagem cerebral a partir de sua indicação para a Secretaria de Bem Estar Social.

Em entrevista ao jornal *A Gazeta* edição do dia 18 de fevereiro, decretou: "não vou permitir a continuação dessas invasões que já são rotineiras e para isso usarei, inclusive da força policial". Os favelados que invadiram sob o seu apoio quando ainda era oposição que se cuidem. Só que o futuro secretário terá que pedir o aumento da força policial para enfrentar os 250 mil favelados com que a Grande Vitória conta atualmente.

Loteamento

A Prefeitura de Vitória deverá continuar com um prefeito biônico, ao contrário das promessas eleitorais de realizar

Um terço do secretariado da prefeitura de Vitória para cada um dos caciques do PMDB regional.

uma consulta popular. O Partido dos Trabalhadores que foi o único a deflagrar uma discussão do assunto entregou um documento com as sugestões de como realizar essa consulta e também obteve a resposta por ocasião do anúncio dos secretários, quando estava dentro do pacote o nome do arqueológico candidato a senador, sempre derrotado em eleições diretas, Berredo de Menezes indicado para o cargo.

O secretariado de Berredo na Prefeitura será uma discussão à parte quando o governador eleito voltar de sua tournée pela Europa. Durante as articulações para definição dos nomes para compor o primeiro escalão do governo, diante de pressões, o vice-governador eleito, José Moraes, médico, latifundiário e empresário-especulador imobiliário resolveu aceitar a indicação de Berredo, mas com uma ordem dada a Camata e ao presidente do PMDB, deputado Max Mauro:

Podemos dar a Prefeitura para ele mas as secretarias têm que ser nossas. O motivo de Moraes é simples: dono das áreas mais nobres de Vitória, precisa resguardar seus interesses. Berredo foi o candidato a senador apoiado pela corrente reformista do PMDB que sai fortalecida nestas eleições, com a vitória de seus candidatos em vários municípios da grande Vitória.

O argumento de Moraes para Camata e Max Mauro: "esses comunistas já têm vários cargos em Vila Velha e na Serra. Se deixarmos que eles entrem em Vitória teremos sérios problemas". A argumentação foi aceita pelos outros doisea decisão foi anunciada a Berredo como ultimatum pela voz do próprio Moraes: "a Prefeitura será sua se aceitar que fiquemos com o secretariado. O Max fica com um terço, o Camata com outro e eu com o outro terço dos cargos". Berredo aceitou. Afinal é mais um prefeito biônico.

Lançada Campanha contra a LSN



Numa iniciativa do Comitê Brasileiro pela Anistia e da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa/RS foi lançada em Porto Alegre a Campanha pela Revogação da Lei de Segurança Nacional.

Na quarta-feira, dia 2 de março, na Assembléia Legislativa gaúcha a campanha foi tornada pública em entrevista coletiva à imprensa, com a participação de representantes das diversas entidades, associações e partidos que já integram a Campanha.

O Manifesto de lançamento já conta com a adesão de mais de 50 entidades e partidos e está sendo enviado para um número maior ainda de associações,

sindicatos e centros acadêmicos para que assumam também essa Campanha.

As adesões e correspondências para o Comitê em formação devem ser feitas para a Caixa Postal nº 10.465 — 90.000 — Porto Alegre/RS.

Durante a entrevista coletiva, as entidades presentes aproveitaram para repudiar a prisão dos quatro jornalistas do *Coojornal* que foram condenados pelo Superior Tribunal Militar.

Vários parlamentares e representantes de entidades presentes denunciaram a prisão que vem reforçar a necessidade da luta contra a Lei de Segurança Nacional que permite esse tipo de arbitrariedade e censura à imprensa.

A Campanha contra a LSN já tem uma programação para o mês de abril através de ciclo de debates durante quatro semanas consecutivas onde o problema será abordado em relação aos trabalhadores em geral, à imprensa, às instituições democráticas e às chamadas áreas de segurança nacional e, finalmente, em relação aos partidos políticos.

Além disso, foi apresentada e aceita a proposta do Comitê começar a preparar um grande ato público ou uma marcha contra a LSN para que o movimento alcance as ruas e comece a ter uma expressão que se estenda para todo o país.

Libertados os jornalistas do *Coojornal*

• Da
Sucursal

Após uma semana de prisão, na Penitenciária Madre Pelletier, os jornalistas Elmar Bones da Costa, Rosvita Saue-ressig Laux, Carlos Rafael Guimarães Filho e Osmar Trindade foram libertados na tarde do dia 1º de março, terça-feira, por liminar do Ministro do STF, Rafael Mayer, ao pedido de habeas corpus impetrado por seus advogados.

Na quarta-feira, 23 de fevereiro, os quatro jornalistas foram procurados em seus locais de trabalho por policiais civis que cumpriam mandato de prisão expedido pela 1ª Auditoria de Guerra de Porto Alegre. Apenas Elmar Bones, atualmente trabalhando na sucursal da *Gazeta Mercantil*, foi encontrado e preso no local. Rosvita e Trindade não foram encontrados no *Coojornal*, onde ainda trabalham — a Cooperativa é dirigida por Trindade — e Carlos Rafael chegou a ser procurado em casa, mas também não foi localizado pelos policiais.

Por ironia, no mesmo momento em que os policiais batiam em casa, Carlos

Rafael, tranquilamente, fazia um "freelancer" para a revista *Veja*, entrevistando o governador do Estado, Amaral de Souza, dentro do Palácio Piratini sobre o escandaloso caso do Banrisul e as estrepelias que seus diretores vem cometendo, que vão dos famosos "cheques voadores" entre Pelotas e Porto Alegre, do diretor Ary Lange e sua empresa Artur Lange S/A até os inexplicáveis negócios do Banco com a Fundação dos funcionários, onde o primeiro vende agências do Banco para a Fundação para esta depois lhe cobrar aluguel...

Essa fina ironia da história ilustra bastante o ridículo de um processo que se arrasta já há quatro anos no qual os jornalistas, por publicarem documentos do Exército sobre as guerrilhas no Vale do Ribeira e em Brotas de Macaúbas, onde Lamarca foi assassinado, foram acusados de infringirem o Código Penal Militar e condenados pela Auditoria Militar de Porto Alegre.

Somente a vigência do arbitrio e de um regime policial-militar com seus instrumentos tipo a LSN pode explicar esse fato onde jornalistas, por publicarem matéria sobre fatos históricos ocorridos há mais de dez anos, possam ser julgados por um Tribunal Militar e condenados.

Esse acontecimento vem reforçar a necessidade da luta contra a Lei de Segurança Nacional e alertar aqueles que acreditam que já alcançamos uma normalização democrática ou que precisamos dar trégua ao regime militar.

Com o habeas conseguido no STF, os jornalistas voltam à liberdade e ao trabalho, mas o problema continua pois irão a novo julgamento no Supremo, recorrendo da decisão do Superior Tribunal Militar.

Se era intenção do regime — pois o fato ocorreu de surpresa e sem conhecimento dos próprios advogados que defendiam os jornalistas — atemorizar os jornalistas ou estancar a quantidade de

denúncias de corrupções, negociatas e até crimes que envolvem o governo, nos últimos meses, o tiro saiu pela culatra.

A solidariedade e o apoio das mais variadas entidades, partidos e movimentos populares aos jornalistas presos foi tão grande que a Penitenciária viu-se obrigada a estabelecer um horário especial de visitas, pois, durante toda a semana, dezenas de pessoas iam visitá-los, diariamente.

A repercussão do caso na Assembléia Legislativa, na Câmara de Vereadores, nos partidos de oposição e no Comitê contra a Lei de Segurança Nacional alimentou durante os sete dias a imprensa gaúcha com notas de protesto, repúdios e manifestos de solidariedade. Na quarta-feira, já com os jornalistas soltos, o sindicato da categoria e diversas entidades e partidos promoveram um ato público de protesto em pleno centro de Porto Alegre, que reuniu centenas de pessoas, em repúdio à prisão e a LSN.

No reino da espionagem

Mais um escândalo: descoberto equipamento de escuta de altíssima potência no gabinete do general Figueiredo.

Por Júlio Tavares

Palácio é acompanhado bem de perto pelo serviço de segurança.

Justamente por se saber tudo isso é que não se pode acreditar que esse aparelho tenha sido descoberto por acaso, conforme notícias publicadas, ou seja, que um lambriil caiu quando um operário o deslocava, e que este, estranhando o peso exagerado da peça, chamou um engenheiro, que por sua vez chamou a segurança do Palácio etc, etc.

Não se pode acreditar que só agora foi "descoberto" o equipamento de espionagem. Deve tratar-se de mais um expediente peculiar das relações internas no governo, uma "ação entre amigos". É a briga pelo poder entre segmentos diversos que compõem a contra-revolução em nosso país.

O fato de ter sido divulgado pelo próprio governo é uma demonstração disso. Na realidade, há cerca de três meses que o general Figueiredo está despachando no Palácio da Alvorada ou na própria Granja do Torto. O motivo alegado foram as reformas do gabinete. Três meses para se reformar um simples gabinete, já é algo estranho. E mais estranho ainda é a explicação apresentada pelo porta-voz presidencial há poucas dias: as reformas "são mais complicadas do que se imaginava e por isso o chefe do governo só voltará a despachar no Planalto no final deste mês".

Para o ex-chefe do SNI, e agora "presiden-

te", tudo isso é muito comum. Ele reagiu dizendo que "para quem como eu já passou pelas áreas que passei e viu as coisas que eu vi, este assunto é café pequeno". Já o ministro da Marinha, Maximiliano da Fonseca, foi mais além dizendo "eu acho que até o meu telefone está grampeado".

A espionagem reina absoluta, sem tréguas. Os órgãos de informação se transformaram em entidades com vida própria, autônoma. Vigiam a todos, governo e oposição, amigos e inimigos. Não poupam ninguém e usam todos os instrumentos a seu dispor para conseguir os seus interesses, que as vezes não são exatamente os do próprio presidente da República, e muito menos os do país. O caso da Capemi, que liga-se, mescla-se, com o caso Von Baumgarten são contundentes neste aspecto. A espionagem, a corrupção, a venda do país aos monopólios são parte inerentes do regime contrarrevolucionário instaurado desde 64 em nosso país.

A espionagem para os "donos do poder" depois de 64 é coisa comum, normal. Não só todos os opositores, os democratas, tiveram — e muitos continuam a ter — seus telefones censurados, suas correspondências abertas ou roubadas, mas também entre "eles", isso tem sido usado constantemente. Como disse Carlos Chagas, no jornal o *Estado de S. Paulo*, em 15 de março "nos tempos de Castelo Branco, ele mandou gravar os telefo-

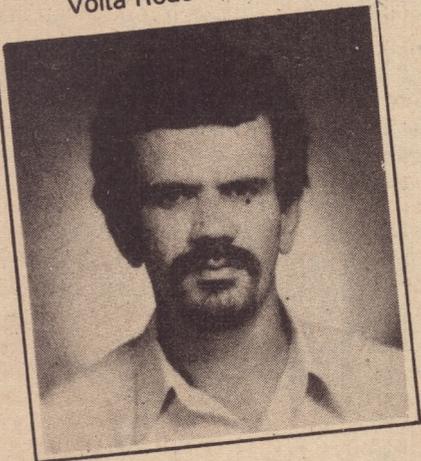
nes de Costa e Silva, pelo SNI, mas o ministro do Exército gravava os telefones do presidente, através do sucedâneo castrense a seu serviço. Coisa parecida aconteceu entre o presidente Geisel e o ministro Frota, anos mais tarde".

Sabe-se também que o próprio Geisel foi espionado, em 76, pelo então chefe do SNI (general Figueiredo e pelo então chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva. Eles foram responsáveis pela instalação de um microfone debaixo da mesa do então presidente Geisel, que era conectada com o gabinete do secretário particular do mesmo. Heitor de Aquino, quando Geisel descobriu e reclamou, os generais Figueiredo e Golbery o convenceram, de que isso era para o próprio bem do governo, já que as conversas do presidente poderiam ser reconstituídas, a qualquer tempo.

Apesar de ser, para estes "especialistas da escuta", coisa comum, normal, "café pequeno", o general Figueiredo está na obrigação de mandar apurar esse fato e divulgar os seus resultados ao país, sob pena de se desmoralizar totalmente. Não se pode aceitar mais apurações como as que foram feitas no caso das bombas que explodiram no Riocentro, na Ordem dos Advogados do Brasil, na Câmara do Rio de Janeiro, dos incêndios das bancas de jornais, ou do caso Von Baumgarten. Não se pode mais aceitar que as coisas sejam resolvidas às costas do povo, nos porões dos organismos de segurança ou do governo. É necessário se dar um basta nisso tudo. É necessário acabar com toda essa podridão. E acabar com ela só será possível com o fim do regime militar.

"O PT tem que ser um partido operário

Edson Santana,
vereador do PT de
Volta Redonda - RJ



Edson, o PT em V. Redonda alcançou um dos melhores resultados eleitorais do Rio. Como você avalia esse resultado e de um modo geral o do PT.

— O resultado de V. Redonda se deu a partir do momento em que uma parcela do partido se preocupou em levar propostas de intervenção para os movimentos, em atuar dentro deles, principalmente no movimento operário que é centro natural aqui em V. Redonda. Isto, infelizmente, não foi feito por todo o PT, o que até mostra que nossos resultados poderiam ser melhores. A outra parcela do PT atuou com uma preocupação simplesmente parlamentarista, de conseguir votos.

A nível geral, em primeiro lugar o que atrapalhou o PT foi a ilusão de que ele representa os movimentos. Na realidade, ficou claro que nunca representou e nem vai representar. Acho que nós temos é que ter uma intervenção no movimento popular, buscar ser direção dele, porque a nossa briga é uma briga para o imediato, na luta econômica, e uma briga para ter o poder nas mãos dos trabalhadores. E esse poder só vai chegar a partir do momento em que o trabalhador tiver consciência política e tiver uma direção política. E essa direção quem pode dar é o Partido dos Trabalhadores.

— Alguns setores do PT falam que o projeto de construir um partido próprio dos trabalhadores foi derrotado. Para nós o problema é outro, pois não é o resultado eleitoral que define a necessidade do PT. O problema é: que lições tirar deste resultado para continuar a construção do PT?

— Primeiro, não acho que houve uma derrota eleitoral. Segundo, dizer que o PT acabou é negar a organização dos trabalhadores, a capacidade do trabalhador fazer um partido. No processo eleitoral, houve um processo também de discussão, mobilização e organização do trabalhador dentro do PT. Quem fala em fim do projeto do PT, na realidade não está inserido dentro desse movimento dos trabalhadores.

Agora, você falou das lições. A mudança dentro do PT, começa com a necessidade de termos uma direção operária; outra questão é a nucleação, não os núcleos que não sabem direito o que fazer, mas como locais onde os trabalhadores vão discutir a questão política, a intervenção dentro do movimento. O que tá faltando em geral é exatamente essa política de intervenção.

— Para o PT ser direção é preciso ter propostas. Quais as lutas centrais que estão colocadas?

Volta Redonda é a principal concentração operária do estado do Rio. Lá o PT obteve um dos melhores resultados eleitorais do estado, com mais de 6% dos votos (numa média estadual de 3%) e elegeu um vereador, o metalúrgico da Cia. Siderúrgica Nacional, Edson Santana, que numa entrevista ao *EM TEMPO* fala das perspectivas de luta do partido

Por Carlos Henrique Ára

— Acho que é preciso em primeiro lugar respeitar a realidade do trabalhador. O desemprego, o salário baixo, a questão dos militares no poder são problemas que estão aí, juntos. Nós temos que entender que as condições de vida e de trabalho estão ligadas ao problema do poder, dos militares que dão cobertura à exploração dos patrões. Nós propomos discutir em cima dessa realidade, com a perspectiva do socialismo.

— Mas, força dos trabalhadores ainda é pequena para tomar o poder. É aí que coloco o problema de, a partir dessa força de hoje, ter propostas para por fim ao regime e facilitar a luta pelo socialismo.



— Bom, pra mim está claro que nós não vamos conseguir mudar essa sociedade simplesmente fazendo greve. É preciso atingir também um negócio mais geral que é o poder que os patrões tem, que é mais do que o poder dentro da fábrica, é o que está no governo, na lei e na força para reprimir. Assim, a gente tem que pensar como acabar com esse poder geral, que hoje tá no regime militar. Aí entra a questão da Constituinte, que é uma proposta contra a ditadura, para por fim nela, mas que nós sabemos, também, que não põe fim na exploração e nem no poder econômico da burguesia. Acho que a Constituinte vai ser uma conquista imediata da classe trabalhadora, que só vem se houver mobilização contra o regime porque para os patrões essa Constituinte não interessa, eles tão muito bem com o regime que têm. E, é claro para nós que a luta não termina numa Constituinte, pois a solução dos problemas dos trabalhadores só vai vir quando tivermos o poder na mão.

— Edson, passando para um outro assunto: que posição ter frente ao governo do Brizola?

— Bom, pelas posições que nós do PT temos e pelas posições que o Brizola, o PDT tem, não há dúvida, somos oposição ao seu governo, uma oposição dos trabalhadores. Agora nós precisamos saber ocupar os espaços, que na realidade não foram cedidos pelo Brizola, mas criados pelos avanços do movimento. Se pensarmos que foi o Brizola vamos estar negando o valor dos movimentos no Rio e no Brasil. O próprio fato do Brizola estar no governo já passa por um processo de mudança da classe trabalhadora, já mostra que o trabalhador tem uma posição política, de oposição. Agora é a gente com essa proposta de intervenção do PT

nos movimentos, avançar mais. Mostrar que o Brizola não resolve o problema, não. O que resolve é a organização da classe trabalhadora e ela ter o seu próprio partido, ter o poder.

— Agora passando para a questão da atuação parlamentar. Você continua trabalhando na fábrica mesmo depois de eleito, o que, parece, é inédito no próprio PT. Como você está pensando desenvolver o trabalho de vereador e ao mesmo tempo continuar ligado à sua origem, ao trabalho de base?

— Na realidade a atuação parlamentar é mais uma exigência do regime, da situação de hoje, de ter de participar de um instrumento do sistema capitalista. Eu faço questão de continuar como operário metalúrgico porque sei que a força para mudar essa sociedade vem da classe operária. A gente fala muito na classe trabalhadora, mas eu acredito primeiro é na força da classe operária. Vou repetir uma coisa que já disse e o pessoal não gostou: o resto são linhas auxiliares. A base é a classe operária, pois é ela que produz, é ela que é o centro da exploração do capitalismo. Se você fica só no parlamento você está fazendo o jogo do capitalismo.

— Agora, que tipo de atuação ter como vereador?

— O que você tem na Câmara são os projetos feitos pelo regime, que não servem para os trabalhadores. Nós vamos pegar esses projetos e jogar para discussão nos movimentos, já com outra proposta de acordo com os interesses dos trabalhadores, e daí, mostrar a necessidade de termos nosso partido, nossos próprios projetos. O que nós queremos na verdade é o conselho popular, não é aquela Câmara que tem de decidir, não. É o povão que vai decidir. Agora isso é um processo, onde nós primeiro vamos saber tudo que a Prefeitura propõe, e eles tem projeto para 30 anos, depois discutir no PT, elaborar nossas próprias propostas e discutir nos movimentos. Quero também deixar uma coisa clara: não é o PT que vai fazer um conselho popular, o que nós vamos fazer é levar essa idéia para as organizações populares, defender isso dentro delas. É daí que ele vai nascer.

— Um problema que tem aparecido no PT, é a questão da escolha da assessoria, que no geral tem sido feita pelos próprios parlamentares, sem qualquer discussão no partido. Como está aqui este processo?

— Aqui a gente tem um assessor por bancada. Nós propomos em primeiro lugar dividir o salário em três e ter três assessores. O critério de escolha foi o seguinte: um assessor foi escolhido pelo núcleo que participa; o segundo escolhido por mim a partir de nomes levantados no núcleo, e o terceiro, vai ser escolhido a partir de uma lista indicada pela Executiva e Conselho de Núcleos de V. Redonda.

Uma reflexão demagógica

No dia 8 de março veio a público **Banca da Gente** — boletim informativo dos parlamentares do PT/RJ: Liszt e Lúcia (deputados estaduais) e Bené (vereadora da capital).

Em matéria central o boletim reproduz trechos do documento pelo qual nossos parlamentares se manifestaram no dia da posse. Uma das partes selecionadas divulga e defende "a dinamização dos núcleos como fórum de reflexão política" e a "fundamental importância da realização de eleições diretas para os cargos de direção do PT".

Em primeiro lugar estranhamos que nossos parlamentares logo nos seus primeiros pronunciamentos rompam publicamente com uma das mais caras conquistas do PT, as pré-Convenções Democráticas. A marca fundamental que, do ponto de vista da democracia interna, diferencia o PT dos partidos tradicionais.

Transformar os núcleos do PT em simples "fórum de reflexão política" é estar olhando para o passado. A necessidade imperiosa de um autêntico Partido dos Trabalhadores exige núcleos de militantes que se liguem diretamente com o movimento operário e popular e portanto tenham propostas concretas para a intervenção política prática e não reuniões para discutir por discutir.

De outro lado, a proposta demagógica de eleições diretas, "um pri-



"Confia em você porque agora você 'tá em parte de mim'"
MIRIAM IRINEU MESQUITA no dia do lançamento do Constit em sua defesa.

ESTE BOLETIM É DEDICADO À MIRMAM
PELA FORÇA, CORAGEM E DIGNIDADE COM QUE VEM VIVENDO.

meiro passo para a participação ampla e irrestrita de todos os petistas nos destinos do partido", nada mais é do que utilizar os mesmos métodos dos partidos burgueses, onde as discussões e as propostas de ação são restritas aos pequenos círculos da direção e a participação das bases se limita a um voto dentro da urna. Via de regra, nos partidos burgueses, as maiorias são definidas pelo setor que lota mais ônibus e distribui mais sanduíches para as bases no dia da eleição.

(Joaquim Soriano)

Após o processo eleitoral, o PT viveu momentos de perplexidade frente aos resultados adversos na maioria dos estados. Aos poucos, o partido vai realizando um balanço da campanha, dos resultados e retomando o trabalho de organização e junto aos movimentos sociais. Uma constante que tem aparecido nesses debates é a necessidade do PT aprofundar seus vínculos e compromissos com o movimento popular, sindical e comunitário.

Nesse sentido, EM TEMPO entrevistou um ex-candidato a deputado estadual pelo PT RS, Nelson de Sá, presidente do Centro de Associações e Comissões de Bairros e Vilas de Novo Hamburgo (CENACOM) e um dos vice-presidentes da Federação RioGrandense das Associações Comunitárias e Amigos de Bairros - FRACAB.

Nelson, após as eleições, o trabalho de base ficou mais difícil para o PT ou para seus militantes junto às associações ou movimentos sindicais?

De forma alguma, a campanha serviu para nos tornar mais conhecidos em toda a região, e passado o acirramento da disputa de votos as pessoas estão muito mais acessíveis e mais dispostas para o trabalho comum em torno dos problemas que afetam sua vida. Não vejo nenhum prejuízo ou dificuldade para o manter e ampliar o trabalho de base, devido ao resultado eleitoral desfavorável. A campanha serviu para estender nosso trabalho para outras cidades e já fomos, inclusive, procurados por companheiros opositores de outros partidos para um trabalho comum e discutir o PT.

Como está o trabalho comunitário em Novo Hamburgo? Quais as metas do CENACOM?

Em dezembro, foi eleita uma nova diretoria da qual faço parte, com a partici-

Unir o movimento comunitário ao movimento sindical

Como aprofundar a ligação do PT com o movimento popular e suas lutas? Em entrevista ao EM TEMPO, Nelson de Sá, ex-candidato a deputado estadual pelo PT gaúcho fala das experiências do movimento popular no município de Novo Hamburgo.

Da Sucursal

pação de lideranças de 12 bairros e vilas, e a entidade conclui seu processo de legalização.

Em lutas travadas anteriormente, sentíamos o isolamento e a falta de conhecimento de dados sobre o município, sobre a realidade das vilas. Por isso, o CENACOM realizou uma pesquisa popular: mais de 1.500 formulários foram aplicados, por uma equipe de voluntários saída do próprio movimento comunitário, coletando respostas de 22 bairros e vilas, de um total de 30 bairros e vilas populares existentes em Novo Hamburgo, típica cidade industrial da Grande Porto Alegre, hoje com 160 mil habitantes.

Quais os principais resultados da pesquisa?

Fomos surpreendidos pelo enorme número de problemas que surgiam nas respostas dos moradores, alguns até desconhecidos das próprias lideranças comunitárias e o seu grau de importância para os moradores dos bairros.

Saneamento básico (esgotos), arruamento e calçamentos, sub-habitações (terrenos invadidos, loteamentos clandestinos), água, transporte e creches foram as principais reivindicações apontadas nos questionários. Muitos

outros problemas, apareceram como a falta de áreas de lazer, telefones e até requisição de maior policiamento devido à insegurança e aos assaltos constantes.

O problema do saneamento básico em Novo Hamburgo, cidade que teve um crescimento muito grande nos últimos anos, é realmente muito grave pois apesar da enorme receita tributária municipal tem hoje 40% da população vivendo em moradias sem esgotos.

O Centro definiu, com esse levantamento, lutas prioritárias?

Sim, o CENACOM definiu três lutas prioritárias: a questão da sub-habitação, o transporte e a luta conjunta com os sindicatos de trabalhadores da região por melhores salários, contra o desemprego e a preparação da greve geral. Foram definidas como mais urgentes por algumas razões. Primeiro, são as ameaças de expulsão de áreas invadidas e de loteamentos clandestinos e irregulares. Em segundo, devido a elevação constante das tarifas de ônibus. Hoje, por exemplo, com a conivência do último prefeito pemedebista, o agora deputado estadual Eugenio Ritzel (PMDB), a tarifa está em Cr\$ 55,00 quase à mesma de capitais e cidades enormes com

grandes percursos. Por fim, o vínculo que o movimento comunitário deve ter com o movimento sindical na defesa do salário e do emprego. A experiência, em Novo Hamburgo, nesse sentido em sido muito rica. No dia 14 de janeiro, dia nacional de luta definido pela Pró-CUT, numa assembléia geral de sindicatos e movimentos comunitários, foi formada uma Comissão Municipal eleita com delegados tirados por sindicatos e associações para organizar e dirigir o movimento conjunto de trabalhadores e moradores visando a preparação da greve geral.

Além disso, qual a luta mais concreta que está sendo encaminhada?

Definimos uma prioridade na questão do transporte pois é um problema cujas decisões são ao nível municipal. Já estamos com um projeto em preparação para reivindicar junto a Prefeitura que o transporte coletivo urbano tenha tarifas bem menores que as da capital, pois os custos operacionais — que já comprovamos por estudos feitos por técnicos — não justificam o valor cobrado hoje. Além disso, vamos lutar para que o trabalhador pague apenas 50% da tarifa e o restante seja assumido pelo empresário empregador e pela prefeitura. É preciso registrar, entretanto, que as discussões no CENACOM já chegaram à conclusão que devemos lutar pela transformação do transporte coletivo em serviço público, que não pode ser lucrativo e deve ser estatizado.

Com que forças a CENACOM conta para pressionar a Prefeitura, quais são os planos futuros?

O Centro hoje já engloba sete associações existentes, atualmente estão em formação mais quatro e temos plano para os dois próximos anos organizarmos mais 20 associações nos demais bairros. Se conseguirmos manter o trabalho conjunto com os sindicatos, seremos realmente uma força importante para pressionar a Prefeitura.

A partir da idéia da auto-emancipação das massas pela revolução comunista, Marx desenvolveu a concepção do partido comunista como fração mais resoluta do proletariado, que impulsiona as demais, que têm sobre o conjunto a vantagem da compreensão dos fins gerais do movimento.

3 - A concepção de partido de Marx

Entre 1845 e 1846, Marx desenvolveu a concepção da emancipação da humanidade através da auto-organização do proletariado, da revolução comunista como processo de auto-emancipação das massas. A partir de então, inicia (com Engels) uma militância política organizada, primeiro no "Comitê de Correspondência Comunista" (constituído em Bruxelas em fevereiro de 1846), depois na "Liga dos Comunistas", formada em 1847 a partir da "Liga dos Justos". Desde então, também, Marx começou um processo de reflexão sobre o caráter do partido operário comunista, que deveria impulsionar a revolução proletária.

O tema do partido é tratado na *Miséria da Filosofia*, de 1847, e principalmente no *Manifesto do Partido Comunista*, escrito em colaboração com Engels, entre dezembro de 1847 e janeiro de 1848. O *Manifesto*, aliás, foi escrito como manifesto da "Liga dos Comunistas".

A relação entre os comunistas e o movimento operário, o papel do partido comunista, são tratados no início da parte II do *Manifesto*:

"Qual a posição dos comunistas diante dos proletários em geral?"

"Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários.

"Não têm interesses que os separem do proletariado em geral.

"Não proclamam princípios particulares, segundo os quais pretendem modelar o movimento operário.

"Os comunistas só se distinguem dos outros partidos operários em dois pontos: 1) nas diversas lutas nacionais dos proletários, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independentemente da nacionalidade; 2) nas diversas fases por que passa a luta entre proletários e burgueses, representam, sempre e em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto.

"Praticamente, os comunistas constituem, pois, a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente, têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário".

Uma vanguarda teórica e prática

Na concepção de Marx, portanto, os revolucionários (comunistas) são a vanguarda teórica e prática do movimento operário, são a fração do proletariado consciente de sua missão histórica, que impulsiona o conjunto da classe. Frente a cada movimento parcial, puramente local, puramente nacional, ou ideologicamente confuso, estreitamente reivindicativo, sem consciência dos fins últimos da luta de classes, o partido comunista deve agir como representante dos interesses históricos do proletariado internacional.

A concepção marxista da auto-libertação das massas pela revolução comunista pode ser resumida nas seguintes idéias:

— o proletariado é a classe revolucionária, capaz de emancipar-se e à humanidade; tende a desenvolver a consciência revolucionária, comunista, a partir de sua própria prática, a partir do seu enfrentamento com a burguesia. Neste enfrentamento, para se constituir em classe no sentido completo do termo, isto é, com consciência dos seus interesses, o proletariado deve desenvolver o seu partido.

o papel dos comunistas é impulsionar este processo, desenvolvê-lo até a coerência total.

Como observa Michael Lowy em *A teoria da revolução no Jovem Marx*, "porque a revolução comunista só pode ser obra das massas operárias mesmas, a relação entre os comunistas e o proletariado não pode ser a praticada pelas seitas utópicas ou jacobino-babouvistas. (ver EM TEMPO nº 165) Por um lado, o papel dos comunistas não consiste em manterem-se, como os icários (seita utópica), à margem do movimento operário, pregando a verdade ao povo através da pura "propaganda pacífica", mas em

participar estreitamente no processo da luta de classes, ajudando o proletariado a encontrar, no transcurso de sua própria prática histórica, o caminho da revolução comunista. De outro lado, o partido comunista tampouco pode desempenhar o papel do chefe jacobino, ou o da sociedade conspirativa babouvista; dito de outro modo, não pode levantar-se acima das massas e fazer a revolução em seu lugar". (Lowy, *La teoria de la revolución en el Joven Marx*, p. 215).

O partido no sentido histórico

Esta foi a concepção básica de partido comunista, de atividade dos comunistas, desenvolvida por Marx. A partir daí, abordou a questão central de sua época: a constituição de um movimento operário independente da burguesia, com um partido independente dos partidos burgueses.

Marx usou o termo "partido" em dois sentidos: no "sentido histórico" e no "sentido efêmero". No sentido histórico, o partido resulta do próprio movimento da classe, se identifica com a própria classe na medida em que ganha consciência dos seus interesses. No sentido efêmero, o partido se identifica com uma organização política precisa. Por exemplo, na carta a Freiligrath, de fevereiro de 1860, Marx diz:

"A Liga (Comunista) assim como a Sociedade das Estações (de Blanqui) de Paris e cem outras organizações não foram senão um episódio na história do partido que nasce naturalmente do solo da sociedade moderna".

O objetivo era constituir o partido da classe, a referência era o partido no sentido histórico. Em alguns momentos, seria possível até que não existisse uma organização "efêmera". Assim, Marx, por duas vezes, participou da dissolução da



organização política da qual participava: da "Liga dos Comunistas", em 1852, e da "1 Internacional", em 1875. Estas duas dissoluções se deram em épocas de refluxo. Entre 1852 e 1864, Marx não foi membro de nenhuma organização, continuando no entanto a atividade teórica e a lutar pelo partido "no sentido histórico".

Esta concepção "frouxa" de organização se liga à idéia de que "o partido nasce naturalmente do solo da sociedade moderna", isto é, nasce do próprio movimento da classe. A partir daí, enfatiza a importância da atividade dos comunistas, do desenvolvimento de um programa que dê consciência dos fins gerais do movimento, dos interesses históricos da classe, de um programa que guie o proletariado na sua luta, que unifique esta luta em função dos objetivos gerais. Mas não chega a desenvolver uma concepção rigorosa da delimitação da vanguarda, a organização da vanguarda. Esta concepção será desenvolvida, muito depois, a partir da experiência russa, por um discípulo de Marx, Vladimir Lênin.

Impasse em todas as frentes

Por trás do debate sobre a nova política americana para El Salvador e da contínua reformulação do alto comando militar salvadorense, está a questão de quem está ganhando a guerra civil que já dura três anos. Observadores estrangeiros, principalmente mexicanos, tem insistido há muito tempo que não há solução militar para o conflito. A extrema direita salvadorense, em contra-partida, não pensa assim, da mesma forma que os militares salvadorense e os assessores norte-americanos (embora ultimamente com cada vez menos convicção).

No conjunto, militares, políticos e analistas políticos tem seguido de perto os desenvolvimentos da luta reagindo semana a semana às sucessivas "ofensivas finais" e observando os golpes da guerrilha.

O quadro geral pode ser descrito em termos relativamente simples. As forças guerrilheiras da Frente Farabundo Martí de Libertação operam principalmente ao norte da Rodovia Panamericana e na linha de vulcões que separam os departamentos menos populosos do sul fértil. As áreas nas quais a guerrilha se movimenta mais livremente — e que são as de menor importância econômica — são partes dos departamentos de Chalatenango, Cuscatlán e Morazán.

Estas áreas localizadas junto à fronteira hondurense, são bases perfeitas para uma guerra de guerrilha, oferecendo um grande número de rotas ideais através das quais pode ser mantido o contato com o mundo exterior — e através das quais os rebeldes podem obter suplementos regulares. A pressão americana, a cooperação entre os exércitos salvadorense e hondurense e a remoção dos campos de refugiados das áreas da fronteira para o interior de Honduras enfraqueceram severamente a conexão norte (as rotas de suprimentos foram alteradas, primeiro através do Golfo de Fonseca, depois ao longo da costa norte do Pacífico e agora, segundo os informes, contrabandeados através dos principais portos do país).

Mesmo nas áreas em que se situam suas bases, as forças da guerrilha não se sentem suficientemente seguras para sustentar uma guerra de posições. Na teoria, pelo menos, a ocupação de territórios e cidades deveria fornecer às forças governamentais alvos ideais para os deslocamentos massivos de tropas, tática defendida pelo ministro da defesa José Guilherme Garcia (embora a lenta e ineficiente resposta a recente tomada de Berlim pela guerrilha sugira que a teoria tem algumas falhas).



Assessor militar americano em El Salvador

As guerrilhas tem, portanto, se concentrado em operação de ataque e fuga no sul, contra alvos escolhidos por seu máximo valor em termos econômicos, tais como as pontes da Rodovia Panamericana e as linhas de transmissão de força. Ambos são mais importantes por seu valor propagandístico que por seu impacto econômico a longo prazo.

Assessores americanos tem insistido que a estratégia da guerrilha pode ser utilizada em benefício do governo. A fórmula é abandonar as áreas marginais nas quais as forças guerrilheiras são mais fortes. Concentrar-se na proteção do sul economicamente vital, estabelecendo guarda permanente nos alvos-chaves e patrulhando constantemente as áreas estratégicas e as rotas de infiltração. Isto vai diretamente contra a política do ministro da defesa e as preferências táticas da maioria dos oficiais. Sua posição é a de manter as tropas concentradas em grande número em bem protegidas barracas, movendo-as em massa em ataques relâmpago contra as guerrilhas quando elas emergem.

O sistema gangsterista de recrutamento militar em El Salvador significa que as tropas são, na melhor das hipóteses, relutantes em levar o seu ofício a sério. Os oficiais tem isto em mente quando impõem exigências para operar com suas tropas. Assim, não são realizadas patrulhas noturnas e o estabelecimento de pontos de guarda permanentes nas pontes e subestações de força exige muita persuasão.

Muito foi dito na imprensa sobre o exemplo do Coronel Sigifredo Ochoa, o comandante insubordinado de Cabañas, que teria sido um dos poucos oficiais que teria conseguido manter seu departamento livre da guerrilha seguindo

do o conselho tático dos americanos. Cabañas é, entretanto, o menos populoso de todos os departamentos e nunca foi um centro da atividade guerrilheira.

Com o passar das últimas semanas, a maioria dos observadores tem coincidido na avaliação de que a "iniciativa" passou decididamente para o lado das forças guerrilheiras. Elas tem continuado a montar grandes operações ofensivas (incluindo a captura de Berlim por vários dias), enquanto os militares estão paralizados por uma luta interna pelo poder.

De uma importância estratégica muito maior está sendo o sucesso dos guerrilheiros em abrir duas importantes novas frentes no sudeste, nos departamentos de Usulután e San Miguel, de onde ameaçam parte da região produtora de cereais e algodão.

Mas, apesar de um aumento na intensidade e na escala dos choques, o quadro geral é ainda sem saída. O impasse ainda pode durar muito tempo em termos puramente militares. A parte mais rica do país, o sudoeste, ainda está relativamente livre da atividade da guerrilha e a capital em si não está sob ameaça armada direta, embora os rebeldes tenha restabelecido, segundo os informes, seus pontos de apoio em San Salvador.

O perigo real para o governo é que, desta vez, o tempo está do lado da oposição. O governo perdeu a iniciativa militar e seus esforços para desalojar a guerrilha fracassaram: cada vitória está provando ser mais custosa. Fatores militares e de ordem política nacional estão bloqueando qualquer reforma de maior repercussão nas forças armadas e o debate sobre as táticas militares no exército é insolúvel sem a resolução do impasse político no alto comando. Enquanto isso, a moral militar está sob severa pressão e pode se deteriorar de forma inesperada a qualquer momento.

O conflito entre as forças de extrema direita e de centro direita também atingiu um impasse. O presidente Alvaro Magana cortou as asas de Roberto D'Aubuisson na Assembléia Constituinte mas não o engaiolou. A divisão dentro do Partido da Conciliação Nacional fortaleceu o centro mas não lhe deu uma maioria operacional na Assembléia...

LATIN AMERICAN WEEKLY REPORT
25 de fevereiro
Boletim noticioso semanal editado em Londres destinado a comunidade empresarial latino-americana.

A guerra civil em El Salvador conhece momentos decisivos. A ofensiva iniciada em outubro de 1982 pelas forças guerrilheiras da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional tem produzido importantes vitórias militares e principalmente políticas. A FMLN tem demonstrado sua capacidade de desencadear iniciativas militares cada vez mais audazes (como a recente ocupação da cidade de Berlim, uma das mais importantes do país) e o exército desmoraliza-se a cada dia. Tornou-se evidente, inclusive para os círculos dirigentes do imperialismo americano, que, a menos que se processe uma escalada da intervenção militar direta dos EUA, a vitória da FMLN é apenas uma questão de tempo.

José Leite

A revolução centro-americana, processo que se desenvolve em um marco regional e não apenas no terreno nacional de cada país, é hoje o ponto mais avançado da revolução mundial. Numa região caracterizada pela sua grande unidade histórica e pela similaridade das estruturas econômicas e sociais dos diferentes países, a vitória da revolução nicaraguense, em 19 de julho de 1979, abriu um período de rápida extensão do ascenso revolucionário para vários outros países do istmo centro-americano, principalmente para El Salvador e Guatemala.

Este ascenso revolucionário, numa região de que a burguesia americana considera a "quarta fronteira" dos EUA e cujas economias estão profundamente integradas na divisão internacional do trabalho montada pelo imperialismo ianque, está sendo encarada como uma ameaça mortal pela classe dominante americana. Assim, a revolução centro-americana e, hoje, a guerra civil em El Salvador expressam, de forma concentrada, o choque entre as forças fundamentais da revolução e da contra-revolução.

A crise econômica

As raízes da revolução social na América Central encontram-se na crise das economias agro-exportadoras. Esta região, uma das mais pobres do mundo, foi muito afetada pelo desenvolvimento da agricultura comercial de exportação nos anos 60/70 (açúcar, café e algodão em El Salvador), que provocou a destruição dos mecanismos tradicionais da produção agrícola e a pauperização e proletarianização da população camponesa. Acelerou-se ainda mais a gigantesca concentração da propriedade da terra. Em El Salvador 1% dos proprietários possuem 57% da área agrícola ocupada. A fragmentação da região em pequenos países e o controle dos estados "nacionais" pelas oligarquias agro-comerciais impediram maiores avanços na industrialização. A agricultura ainda é a única atividade econômica significativa, apesar da desagregação das estruturas sociais tradicionais ter empurrado a população do campo para as cidades e aumentado a sua miséria. Todas as propostas e tentativas de reforma agrária, inclusive as patrocinadas pelas agências americanas, foram bloqueadas. A ORDEN, organização para-militar de extrema direita, sustentada pelos latifundiários de El Salvador chegou a assassinar funcionários do Departamento da Agricultura dos EUA que estavam assessorando um tímido projeto de reforma agrária promovido pela junta militar democrata cristã em 1981.

Com a crise econômica mundial e a redução da procura e dos preços das matérias primas a partir do final dos anos 70, a economia da região entrou em colapso. A guerra civil motivou, em seguida, o corte dos créditos internacionais à economia de El Salvador e crescentes perdas na produção para a exportação devido às ações de sabotagem.

A crise política

Abriu-se, então, uma profunda crise política para as oligarquias da América Central. As frações das classes dominantes organizaram-se em cliques no interior das forças armadas dos países da região e a dominação burguesa passou a basear-se exclusivamente na utiliza-

ção brutal do aparelho repressivo. Um golpe depois em outubro de 1979, em El Salvador, o general Carlos Romero e constituiu uma junta civil-militar, apoiada pelo conjunto dos partidos burgueses, principalmente a democracia cristã. Ela ensaiou realizar, face a radicalização do movimento de massas, a nacionalização dos bancos e uma tímida reforma agrária que não atingisse a oligarquia. Mas as pressões dos setes ultra-reacionários não permitiram a sua implementação. Suas únicas ações concretas foram a repressão sistemática e selvagem a toda oposição. O ano de 1980 assistiu a uma escalada de repressão que abarcou inclusive o assassinato do arcebispo de San Salvador, em março, dos dirigentes da Frente Democrática Revolucionária, em novembro, e de quatro freiras norte-americanas, em dezembro. Nos 19 primeiros meses de governo da junta o exército e as forças para-militares assassinaram, em média, mil pessoas por mês.

Os setores mais reacionários da frente burguesa, liderados pelo major D'Aubuisson, comandante dos grupos para-militares de direita fortaleceram-se e a junta começou a se desgregar, com a saída de setores chamados liberais. Sua crise só não foi maior devido ao isolamento da guerrilha no campo após o fracasso da ofensiva da FMLN de 10 de janeiro de 1981.

Mas, pressionada pelos EUA, a junta teve que convocar eleições para uma Assembléia Constituinte, realizada em 28 de março de 1981. A ARENA, dirigida por D'Aubuisson foi a grande vencedora nestas eleições fraudulentas (foam impressas 800 mil cédulas e anunciados 1,2 milhão de votos). Elas foram boicotadas pelas forças da oposição e aprofundaram as disputas no interior da burguesia e do exército. Agora, cada avanço da guerrilha provoca maiores tensões no seio do governo salvadorense. A rebelião, em janeiro de 1983, do coronel Ochoa contra o alto comando militar é apenas mais um episódio de uma luta surda que vem sendo travada há muito tempo entre a ultradireita e as demais forças burguesas que ainda são majoritárias no governo (seus porta-vozes são o presidente indicada pela Assembléia Constituinte, Alvaro Magana e o chefe das forças armadas, general José Guilherme Garcia). Esta crise permanente da direção burguesa tem aberto importantes brechas para a ação da guerrilha.

A ação da FMLN

A FMLN foi constituída em dezembro de 1980 por cinco organizações políticas que desenvolviam a luta armada contra o governo. Estes grupos políticos tinham, então, abandonado as cidades para escapar da brutal repressão da junta e lançaram, em 10 de janeiro de 1981, sua primeira grande ofensiva militar. A inexperience, as dificuldades de coordenação e, principalmente, o fracasso da greve geral nas cidades impediram que a "ofensiva final" — como ela foi então chamada — fosse bem sucedida e o período subsequente foi marcado por um refluxo. A quebra dos laços com o trabalho de massas nas cidades ampliou este recuo.

Neste momento pesaram as diferenças políticas entre as principais forças que integram a FMLN, o Exército Revolucionário do Povo (cujo principal bastião situa-se no departamento de Morazan) e as Forças Populares de

EL SALVADOR

VITÓRIAS DECISIVAS



Zonas controladas pela FMLN

Libertação (atuando principalmente em Chalatenango). As divergências — que não foram plenamente superadas até hoje — dizem respeito à estratégia de condução da luta revolucionária e da guerrilha: a FPL defendendo a guerra popular prolongada e o ERP uma formulação de lutas a prazos mais curtos, enfatizando o aspecto insurrecional. Elas contribuíram para reduzir a capacidade de iniciativa da guerrilha. Foi só no segundo semestre do ano passado que a FMLN conseguiu conquistar uma unidade suficiente para permitir desencadear a presente ofensiva.

Mesmo sem uma grande capacidade de ação e ainda se recuperando da derrota sofrida em janeiro, já em julho-agosto de 1981 a FMLN lançou uma nova ofensiva, menos pretenciosa que a anterior mas que lhe permitiu retomar a iniciativa. Ela conseguiu resistir, com êxito, a uma grande operação conjunta dos exércitos salvadorense e hondurense desencadeada em dezembro de 1981 e lançar, em seguida, contra-ataques que culminaram em uma grande campanha quando das eleições de março de 1982. Segundo o próprio ministro da defesa, 1300 soldados foram mortos entre julho de 1981 e julho de 1982, enquanto as guerrilhas tinham perdas consideravelmente menores.

Todo este período foi marcado pelo crescente envolvimento dos americanos na guerra civil. As forças guerrilheiras conseguiram penetrar, em dezembro de 1981, na base aérea de Ilopango e destruir boa parte da força aérea do país. Ela foi imediatamente resposta e até ampliada pelos americanos. Vários batalhões especializados em contra-insurreição foram formados e enviados para os EUA para serem treinados em Fort Briggs e assessores militares mandados em número cada vez maior para El Salvador. E o exército não parou, graças aos créditos americanos, de crescer, estando prevista, este ano, a sua ampliação de 32 mil para 43 mil homens.

A retomada da ofensiva

Tudo isso não impediu que se processasse uma lenta acumulação de forças que permitiu o lançamento de uma grande ofensiva a partir de outubro de 1982. A campanha militar iniciou-se com a captura de várias vilas em Morazan e Chalatenango, ao mesmo tempo que dirigentes da FDR e da FMLN faziam, na Cidade do México, uma proposta de negociação. A pressão militar e política da guerrilha aprofundou as diferenças entre os setores da burguesia que consideram necessário negociar com as forças revolucionárias e os que se recusam a aceitar isso. Frente a paralisa do alto comando, os guerrilheiros avançaram rapidamente no leste e no centro do país. Em janeiro ocorreu a revolta do cor. Ochoa, que complicou ainda mais a situação do exército. No final do mês o seu alto comando pareceu ter chegado a um acordo sobre a realização de uma ampla ofensiva no departamento de Morazan, que no início de fevereiro chegou a envolver 6 mil soldados dos principais batalhões de elite do exército. O ataque teve que ser suspenso quando a FMLN

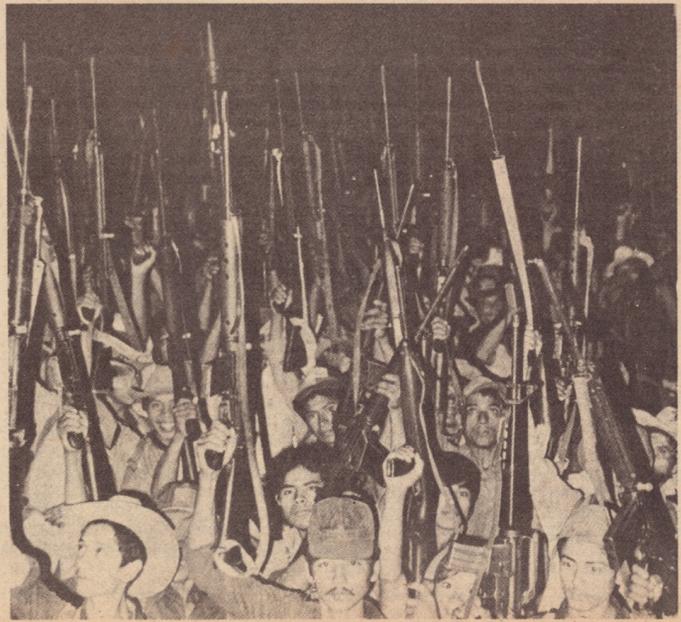
de El Salvador está na linha de frente numa batalha cujo alvo é o centro do hemisfério ocidental e, eventualmente, nós.

Reagan está, como reconhecem os círculos dirigentes americanos, confrontado com três opções: a retirada; promover negociações com a FMLN; ou promover uma escalada militar no país. A retirada é impensável para a burguesia americana. "Este presidente não está programado para ceder outro país para o comunismo", afirmou um integrante da administração, complementando: "Ele fará tudo que for necessário para vencer em El Salvador". As negociações não trariam nenhuma modificação do quadro político e militar porque não haveriam concessões nem da ditadura salvadorense nem da guerrilha.

O aprofundamento do envolvimento militar é a opção clara do governo americano. É inclusive a política que está sendo desenvolvida em escala regional, na Guatemala, transformando Honduras em uma fortaleza contra-revolucionária e organizando ações militares contra a Nicarágua. Mas ela esbarra, em El Salvador, com a necessidade imediata de enviar um grande número de assessores e até tropas para conter a desmoralização do exército governamental. E aí a "síndrome do Vietnã" permanece exercendo os seus efeitos. As forças progressistas dos EUA já estão mobilizadas contra qualquer tentativa de intervenção militar direta em El Salvador e até mesmo uma parcela da burguesia está descrente, após a experiência do Vietnã, quanto a possibilidade de uma vitória militar.

A batalha sobre o futuro imediato da guerra civil em El Salvador está sendo travada também em Washington. Após todos os esforços desenvolvidos pela burguesia americana nos últimos anos para recuperar a sua iniciativa na luta de classes internacional, que já produziu algumas derrotas importantes para o proletariado mundial, como foi o caso da derrota dos palestinos no Líbano, temos pela frente uma prova de força decisiva.

A capacidade do movimento operário internacional ampliar sua solidariedade a luta anti-imperialista e democrática dos povos centro-americanos — que somente pode ser vitoriosa com a sua transformação em um processo de revolução socialista no caminho apontado por Cuba e iniciado na Nicarágua — é um elemento vital para a vitória da revolução em El Salvador. Ela é fundamentalmente uma tarefa dos trabalhadores norte-americanos, mas a todos nós cabe uma parcela deste esforço.



A opinião de um militar americano

Um especialista militar ocidental entrevistado por LAWYER em San Salvador, na semana passada, traçou um quadro desolador da atual posição das forças armadas. "O exército parece estar se aguçando, mas as guerrilhas estão avançando mais rapidamente" disse ele. "A coordenação dos rebeldes está muito mais precisa". "As forças armadas estavam, segundo ele, ficando com pouca munição de algumas variedades. "Bombas e foguetes estão acabando porque a força aérea está voando em mais missões", afirmou. O exército está preocupado com o apoio americano". Perguntado sobre quanto tempo as

forças armadas poderiam continuar sem uma ajuda militar extra, ele descreveu a atual situação como sendo "crítica". Mas não é apenas uma questão de dinheiro. Para controlar o país o exército tem também que ajustar suas "técnicas". A este respeito, especialistas militares de ultramar permanecem "otimistas". Abordando a estrutura do alto comando, ele descreveu o "o problema de Ochoa" como "altamente danoso". Ele revelou que o exército tinha então algumas operações de profundidade planejadas, todas baseadas em um "seguro trabalho de inteligência". Mas elas tiveram que ser abandonadas devido a "paralisa" do alto comando.

Nas eleições parlamentares realizadas na Alemanha Federal no dia 6 de março, ganhou a direita, confirmando no poder o atual chanceler, Helmut Kohl. Seu partido, a CDU/CSU (União Democrata-Cristã/União Social Cristã; a União Social-Cristã é o ramo da Baviera, mais conservador) teve cerca de 49% dos votos. Seus aliados no governo do FDP (Partido Democrata-Livre) tiveram cerca de 6,5% dos votos, com o que a atual coligação alcança a maioria absoluta.

Os grandes derrotados são os social-democratas, no governo até outubro passado, que tiveram pouco mais de 38%. E um novo partido conseguiu ultrapassar a barreira dos 5% e entrar no Parlamento: os "verdes", ecologistas e anti-militaristas.

A vitória eleitoral da direita consolida a virada ocorrida em outubro último, quando o FDP rompeu a coalizão com a social-democracia e iniciou uma nova coalizão, com os democrata-cristãos. A aliança SPD (social-democratas)-FDP estava no governo desde 1969. Não é difícil explicar a sua queda: depois de décadas de prosperidade, a Alemanha Federal entrou em 1982 numa crise profunda.

O Produto Nacional Bruto caiu 1,2%. A capacidade ociosa na indústria atingiu 25%. Houve 12 mil falências, sendo que até mesmo o gigante AEG-Telefunken está falido. O desemprego cresceu durante o ano em 30%, atingindo, no fim de janeiro último, 2,5 milhões de trabalhadores, isto é, 10,2% da população ativa. E dado ainda mais significativo para uma economia altamente competitiva no mercado mundial, e dependente do comércio exterior, as exportações caíram 12,5% no segundo trimestre de 1982 e 10% no terceiro trimestre. Com isto, o "consenso social" chegou ao fim, e também foi abaixo o acordo SPD-FDP.

A falência do projeto social-democrata

A coalizão montada em 1969 reunia um partido operário reformista, estreitamente ligado aos sindicatos (o SPD), e um pequeno partido burguês liberal, o FPD. Os social-democratas prometiam

Alemanha Federal O fim do "consenso social"

Com o rápido agravamento da crise econômica, o governo social-democrata deixa de corresponder aos interesses da burguesia, que exige maior "austeridade". Por isso foi rompida a coalizão social-democratas-liberais e os democratas-cristãos chegaram ao governo.

Por João Machado



Manifestação de jovens contra o desemprego em Frankfurt

"vastas reformas", melhoras no nível de vida, a partir da gestão da economia de mercado, sem romper com os capitalistas nem atacar os seus lucros. A burguesia alemã não se identificava com a social-democracia; mas podia perfeitamente conviver com este projeto de colaboração de classes, numa situação em que a prosperidade econômica permitia concessões aos trabalhadores. E, além disso, a social-democracia no governo garantia a "paz social", a inexistência de problemas trabalhistas, a colaboração dos sindicatos, a estabilidade enfim.

A presença do FPD no governo dava à burguesia uma garantia suplementar de que não corria o risco de perder o controle. Para os social-democratas,

servia para justificar sua "moderação", para conter sua ala esquerda, com o argumento de que não podiam romper com o FPD.

Durante muitos anos, o negócio foi excelente para a burguesia. Enquanto em 1950 o imposto sobre os salários cobria 10% das receitas, agora cobre um terço. Os cinco maiores grupos alemães viram seu volume de negócios crescer em 59% entre 1971 e 1977, e seu lucro líquido crescer 58%.

Com o início da crise, o então chanceler Helmut Schmidt aumentou seus favores à burguesia. Para conseguir a "estabilização do marco", implementou uma política de redução dos gastos

públicos, de redução do nível de vida dos trabalhadores, colocando como objetivo nº 1 a "recuperação dos lucros". O informe econômico do ministério em fevereiro de 82 dizia: "sem melhora sensível dos lucros, em regressão considerável nos últimos anos, não podemos obter nem uma retomada durável dos investimentos, nem um aumento da oferta de empregos".

Esta política foi o bastante para desgastar a base eleitoral da social-democracia (as pesquisas, eleições parciais, passaram a dar-lhe menos de 35% dos votos), mas não satisfaz a burguesia. E esta interveio através de seus representantes no governo.

Assim, o ministro da Economia de Schmidt, o democrata-livre Conde Lambsdorff, lançou um "manifesto pela economia de mercado", onde defendia a redução pela metade do imposto sobre o patrimônio, uma grande diminuição das taxas sobre o volume de negócios, um aumento dos impostos indiretos (o que sempre prejudica as camadas de menor renda), e cortes drásticos na remuneração dos desempregados, nos gastos com a educação, etc. É a política de Reagan e Thatcher; Schmidt não podia ir tão longe, sob pena de perder totalmente o apoio dos sindicatos e de uma grande parte dos trabalhadores. Foi a ruptura, e o FPD passou a apoiar os democrata-cristãos, dando origem à situação atual.

Mas a coligação agora no poder também tem seus problemas. Há atualmente a disputa pelo importante ministério das relações exteriores, entre seu atual ocupante, o liberal Genscher, e o líder da CSU bávara, o ultradireitista Franz Josef Straus. E o crescimento dos "verdes" também representa uma novidade na política alemã: formam um agrupamento confuso, mas que expressa a insatisfação de um amplo setor da sociedade alemã, particularmente da juventude, principalmente com a política armamentista de Reagan, apoiada (com algumas reservas) pela coligação direitista. Além disso, com o SPD na oposição e a amplitude dos ataques ao nível de vida das massas em andamento, deve ocorrer um endurecimento dos sindicatos e das lutas dos trabalhadores.

França

Decepção da direita

As eleições municipais na França frequentemente dão resultados diferentes das parlamentares. Assim, em 1977, quando a maioria parlamentar era da direita (confirmada depois em 1978), a esquerda obteve uma ampla vitória, conquistando mais 60 cidades com mais de trinta mil habitantes, que antes tinham prefeituras de direita.

Nas eleições realizadas nos dias 6 e 13 de março, esperava-se uma vitória da direita, agora na oposição. O governo Mitterrand até agora não cumpriu suas promessas, e diante da crise vem adotando uma política de "austeridade" que pouco difere das da direita. Há, portanto, um amplo desencanto dos eleitores da esquerda. A direita, por outro lado, vinha aumentando a sua agressividade.

De fato, no primeiro turno das eleições, no dia 6, a direita obteve uma ampla vitória, dando a impressão de que recuperaria todas as cidades perdidas em 77, e até poderia ganhar algumas há longo tempo com prefeitos de esquerda, como Marselha. No entanto, no segundo turno, no dia 13, a esquerda se recuperou, reduzindo a suas perdas para 31 prefeituras de cidades com mais de 30 mil



habitantes, e obtendo a maioria de votos no país. A grande vitória da direita se deu em Paris, onde as listas lideradas por Jacques Hiraé ganharam em todos os distritos. Mas o ritmo da sua ofensiva cai com o resultado global.

No primeiro turno, concorreu uma lista da esquerda revolucionária, "A voz dos trabalhadores contra a austeridade", formada pela Liga Comunista Revolucionária e pela "Luta Operária, que conseguiu em média 3% dos votos.

Austrália

Trabalhistas no governo

Em eleições realizadas no início de março, a crise econômica provocou mais uma mudança de governo. O Primeiro Ministro Malcolm Fraser, do Partido Liberal, no poder há sete anos, foi derrotado. Em seu lugar assume Bob Hawke, do Partido Trabalhista Australiano. Também na Austrália os ventos da mudança favoreceram os social-democratas.

Durante 1982, o desemprego passou de 6% para 10%, com a perspectiva de continuar aumentando. A inflação está em 11,5% — uma taxa alta para a Austrália — e setores da produção industrial chegaram a cair 50%, como aço, veículos, refrigeradores, máquinas de lavar. O maior item de exportação — o trigo — também foi reduzido à metade.

O líder trabalhista Hawke não assume para dar uma resposta operária à crise. Depois da posse, declarou que "a partir de agora, eu e o meu governo nos comprometemos com a tarefa da reconciliação nacional". Na verdade, esta política já vinha sendo seguida antes. No fim de 1982, o governo Fraser encaminhou uma política de congelamento de salários por 12 meses, "para conter a inflação". Pela constituição australiana, teria de ter o acordo dos seis primeiros-ministros



estaduais, três dos quais trabalhistas. Estes, inicialmente, procuraram resistir, alegando que só com o congelamento dos preços poderiam concordar. Mas depois aceitaram.

O programa do Partido Trabalhista se apoiava na idéia de um contrato social entre o futuro governo trabalhista e o movimento sindical, no qual os sindicatos renunciavam a lutar por aumentos salariais durante o ano em troca de vagas promessas de reforma fiscal e outras reformas sociais.

O que mudou na Polônia desde que, a 30 de dezembro passado, o general Jaruzelski suspendeu o "estado de guerra"? Do ponto de vista dos trabalhadores, quase nada. Alguns prisioneiros políticos foram libertados, muitos deles sendo imediatamente incorporados ao exército, como reservistas em "batalhões disciplinares", o que na prática corresponde quase que à prisão. Muitas empresas foram militarizadas e seu número cresce a cada dia. Nenhum dos quase 6.000 presos políticos foi considerado inocente. Em geral, são enquadrados por "prosseguir em atividades sindicais clandestinas". Fala-se em 700 militantes ainda na prisão. No entanto, segundo denúncias recentes do Solidariedade milhares de trabalhadores, em particular o ex-detentos são presos frequentemente "para averiguações", que levam, em média, 48 horas.

Por outro lado, nas prisões, as condições de vida pioram a cada dia. Segundo uma carta dos detentos da prisão de Fordon (nordeste do país), publicado no semanário clandestino do Solidariedade de Varsóvia *Tygodnik Masowski*, "... na prisão de Grudziadz, transformada em hospital penitenciário, todas as operações cirúrgicas e ginecológicas são realizadas em uma mesma sala, e mulheres com as mais diversas doenças são encarceradas conjuntamente, em locais sem água corrente". Segundo o boletim do Solidariedade nº 86, na prisão da rua Lanowska, em Wroslaw, os detidos são atados com correias ao chão, com uma calha de metal sob a coluna vertebral. Esta tortura pode levar à paralisia de braços e pernas sem deixar vestígios.

Neste quadro, o ataque da burocracia aos trabalhadores poloneses acirra-se com os três processos ora em curso.

Processo contra os dirigentes do Solidariedade

A burocracia abriu um processo contra sete dos principais dirigentes do Solidariedade: Andrzej Gwiazda (de Gdansk), Karol Modzelewsky (Wroclaw), Marjan Jurczyk (Szczecin), Seweryn Jaworsky (Varsóvia), Grzegorz Palka (Lodz), Jan Rulewsky (Bydgoszcz) e Andrzej Rozplochowsky (Alta-Silésia). Os sete dirigentes foram escolhidos com muito cuidado pela burocracia. Três deles (Jaworsky, Jurczyk e Palka) foram, no seio do Solidariedade, combatentes intransigentes pela autogestão operária sobre a economia e defensores, até o final, da tática de greve ativa. Três deles eram conhecidos por defender os direitos dos trabalhadores, mesmo antes do surgimento do Solidariedade (Modzelewsky, Gwiazda e Jurczyk). Todos eles foram membros da Comissão Nacional (KK) do Solidariedade e de seu Presidium. Três dentre eles foram presidentes regionais do Sindicato. (Jurczyk em Szczecin; Rulewsky em Bydgoszcz, e Rozplochowsky em Katowice). Três foram vice-presidentes regionais. (Jaworsky em Varsóvia, Gwiazda em Gdansk e Palka em Lodz). Por fim, ainda, Modzelewsky foi o primeiro porta-voz do sindicato.

POLÔNIA: Repressão em quatro atos

Jayne Brener



O recrudescimento das prisões de militantes, o julgamento dos 7 dirigentes do Solidariedade, o julgamento de 5 líderes do KOR, a greve de fome de Edmund Baluka e o julgamento de Zbigniew Romaszewsky e outros dirigentes da Rádio Solidariedade constituem o pano de fundo da incapacidade da burocracia polonesa em eliminar as raízes do Solidariedade.

Processo contra os responsáveis pela Rádio Solidariedade

Dez militantes, a frente o casal Irina e Zbigniew Romaszewsky, vão a julgamento. Sua acusação: difundir a verdade aos trabalhadores poloneses, através da Rádio Solidariedade. Combatentes pelos direitos dos trabalhadores desde as sangrentas jornadas de 1976, o casal Romaszewsky participou da fundação do KOR (Comitê de Auto-defesa Social), chegando a representá-lo em contatos com grupos dissidentes da URSS. Desde os primeiros tempos no Solidariedade, Zbigniew foi eleito para a sua direção nacional no 1º Congresso, em 1981. Tendo escapado do golpe, lutam pela implementação da tática de greve ativa e são elementos centrais para a adoção, pelo sindicato, de estruturas clandestinas de recuo. Através de uma delas, a Rádio Solidariedade, colaboram para a auto-defesa da população, salientando-se a grande manifestação vitoriosa de 1º de maio de 1982.

Processo contra os líderes do KOR

Jacek Kuron, Adam Michnik, Jan

Litynski, Henryk Wujec e outros líderes do Comitê de Apoio aos Operários (KOR), — organização formada em 1976 e que jogou um importante papel até a sua dissolução no Primeiro Congresso do Solidariedade, em 1981 — vão ser julgados. Sua acusação: "contribuir para a desestabilização da Polônia socialista" apresenta a cinica feição de um sinistro general de plantão tentando ensinar o "socialismo" a toda a classe operária polonesa à golpes de porrete.

Greve de fome de Baluka

Edmund Baluka, um dos líderes da revolta operária de 1970, que derrubou o governo de Gomulka está em greve de fome na prisão de Wierchow e, segundo as últimas informações, sua saúde é muito precária. Tendo sido forçado a exilar-se na Europa Ocidental, nos anos 70, Baluka voltou clandestinamente à Polônia em 1981, reassumindo, por pressão de seus colegas, seu antigo emprego, no estaleiro Warski. Não tendo participado diretamente do Solidariedade, Baluka é acusado de tentar organizar, em Szczecin, um partido socialista.

O ponto de partida para esta nova escalada de repressão levada à cabo pela burocracia do POUP é sua incapacidade em esmagar o Solidariedade. Na tentativa de organizar "sindicatos oficiais", Jaruzelski e seus pares conseguiram em apenas 2500 das 60.000 indústrias registradas, 30 nomes de trabalhadores. Mesmo se estas cifras fossem dobradas, alcançariam apenas 10% dos trabalhadores, um número bem menor do que os próprios membros do POUP nas fábricas! A título de ilustração notamos que dos 17 mil trabalhadores da grande siderúrgica Huta Warszawa, apenas 300 se filiaram ao novo sindicato. Na fábrica de tratores Ursus, 200 filiados 12.000 operários e na FIAT de Bialsko-Biala, 40 filiados em 10.000 operários. O Solidariedade contava respectivamente com 15 mil, 11 mil e 9 mil filiados.

Contra a repressão, organizar a solidariedade

Em diversos países, a acentuação da repressão na Polónia tem merecido, por parte dos trabalhadores, uma reação significativa. Na Grã-Bretanha, por exemplo, o Comitê de Solidariedade com o Povo Polonês emitiu uma nota apelando ao Partido Trabalhista para que rompa todos os laços com o POUP. Esta moção já conseguiu subscrições significativas, como as do prefeito de Londres, Ken Livigstone e dos parlamentares trabalhistas Red Race e Phillip Whitehead.

Na Áustria, a Organização da Juventude Sindical Austríaca dirigiu um apelo semelhante à poderosa Central Sindical do país (OEGB), reivindicando um apoio ativo às famílias dos trabalhadores poloneses encarcerados.

Na Espanha, a Solidariedade com o Solidarnosc atingiu entre outros à UGT, central sindical controlada pelo Partido Socialista, e até mesmo alguns sindicatos das Comisiones Obreras, ligadas ao PCE.

O impacto do Solidariedade sobre o movimento operário francês conduziu a criar uma Coordenação de Militantes da CGT (controlada pelo PCF) em apoio ao Solidarnosc e levou a uma manifestação unitária das centrais sindicais francesas (exceto a CGT) contra o golpe. Na Itália, diversas manifestações regionais culminaram com um cortejo de 40.000 pessoas em Roma. Mais recentemente, militantes sindicais da LCR — Liga Comunista Revolucionária ocuparam o consulado polonês em Milão, protestando contra o recrudescimento da repressão.

É hora, portanto, dos trabalhadores brasileiros cumprirem seu quinhão: a defesa do mais poderoso sindicato jamais constituído sobre a face da terra. Da vitória da revolução política na Polónia poderão depender avanços cada vez maiores na luta dos trabalhadores de todo o mundo. A defesa da democracia socialista na Polónia é tarefa para os trabalhadores de todo o mundo e como tal deve ser absorvida pelos principais instrumentos de luta dos trabalhadores brasileiros, a começar pelo PT.

AGUARDEM:

Vem aí o nº 5 da

PERSPECTIVA
Internacional

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juez Guimaraes, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - Sala 120.1. Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

O BOM CABRITO

SINDICATOS DIANTE DA CRISE

Metalúrgicos Quando o cerco aperta...

O metalúrgico 43 SUPLEMENTO SEMANAL 19 de março de 1983

6º CONGRESSO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO

15 de abril: aí começa o debate salarial.



15 de abril: aí começa o debate salarial.

Para avaliar e tirar a dúvida sobre o futuro do trabalho, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo realizará o 6º Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, em 15 de abril.

chegam, como é o caso da concentrada região sul, a abrir todas as noites.

A crise empurra

Contudo, isso não é apenas consequência de modificações no interior do próprio sindicato. Na verdade, o crescimento da crise traz, para muitos operários, a referência do Sindicato como algo que se deve procurar. Se por um lado, isso espelha um potencial de luta e organização, por outro, a "delegação" de responsabilidades ao organismo, a criação do "mito" do dirigente é meio caminho andado, para, na-hora-do-vamos-ver, a montanha parir um rato. Na verdade, o próprio discurso de muitos dirigentes e a apologia das direções são canais que, ao invés de estimular a auto-organização da massa, preparam-na para a confiança cega na direção e para o imobilismo. O que não deixar de ser uma forma de organizar derrotas.

Uma contradição que, no fundo, só pode ser resolvida pelos ativistas que tiverem a perspectiva de quebrar o círculo vicioso e enxergarem o trabalho do "aparelho" legal dos sindicatos como instrumento (contraditório) para a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho. Uma questão que certamente aparecerá no Congresso da categoria, em abril...

Marceneiros Descendo o sarrafo

Representando uma base de mais de 30 mil trabalhadores, o Sindicato dos Marceneiros possui uma tradição de luta no movimento sindical paulista. Contudo, a omissão das últimas diretorias havia reduzido em muito o seu significado. Derrubado o pelego, em 1981, a atual direção botou prá quebrar, e além de um intenso trabalho no interior da categoria, é um dos sindicatos mais ativos na articulação intersindical.

Pequeno e atrevido, o Sindicato dos Marceneiros reativou sua imprensa, recuperou a imagem do diretor de base, forçado e estimulado a se transformar num posto avançado do movimento no interior da empresa. Além disso, avançando nos acordos de compensação, conseguiu o reconhecimento de perto de 250 delegados de fábrica, com estabilidade equivalente à diretoria.

A preocupação de desburocratizar o sindicato e "chamar a massa" exigiu iniciativas como a "comissão de fiscalização do acordo", reunião mensal, permanente, de ativistas, na sede do sindicato. Comícios nas portas das empresas, 15 mil jornais mensais, negociações feitas apenas com o testemunho de trabalhadores das empresas, coisas como essa foram

reconquistando a confiança da categoria e de seus ativistas mais destacados.

PICA-PAU

GREVE GERAL

Uma Exigência do FMI?



Uma Exigência do FMI?

A situação na indústria editorial e outras medidas de emergência...

DIA 18 DE FEVEREIRO, AS 18 HORAS, NO SINDICATO ASSEMBLÉIA PARA A DISCUSSÃO DA GREVE. NÃO FALTE.

Por Régis Moraes

No ano que precedeu a I CONCLAT, muitas diretorias pelegas caíram. Muitas composições de situação se modificaram, sob a pressão dos novos tempos. Depois da CONCLAT, novas mudanças. E, com a crise, os operários cobram seus sindicatos. Quem não se atualiza, dança. Assim, dinâmicas que faziam parte da rotina de poucos sindicatos, como dos metalúrgicos de S. Bernardo ou dos bancários de São Paulo, vão sendo absorvidas por entidades, mesmo conservadoras e pelegas.

A ofensiva dos patrões e do governo sobre os trabalhadores tornou mais evidente essa situação. Afinal, federações tradicionalmente pelegas "malhando" o governo e falando em greve geral não constituem apenas uma encenação teatral. Refletem bases materiais diferentes: afinal, obedientes bois de presépio não são os melhores intermediários para conduzir a manada para o matadouro, em época de convulsão e pouco pasto. Pelo contrário, arriscam seu posto. Como diz o ditado: "sapo não pula por boniteza, mas porém por precisão".

Também do lado do chamado "sindicalismo combativo", quem não avaliar essas mudanças arrisca-se a perder espaço para pelegos paulistas renovados. Aqui, o quadro de algumas mudanças em sindicatos de diferentes posições.

É AQUELE QUE BERRA

Químicos Procurando o caminho

A atual diretoria do Sindicato dos Químicos de S. Paulo (capital), empossada há 3 meses, já modificou por completo a imagem da entidade junto à categoria. Os resultados começam a surgir.

Tirando o Sindicato da pasmaceira em que vivia a antiga diretoria, a "molecada" da oposição recupera, aos poucos, a imagem de um sindicato de luta, um Sindiluta, como diz seu jornal. "Colando" os diretores nas fábricas e nas regiões em que foi dividida a base (8 regiões na cidade), o sindicato começa a receber adesões na sua campanha de filiações, que pretende saltar dos 9.500 associados atuais para 20 mil no fim do ano.

Para o sucesso dessa penetração, os segredos são as modificações no funcionamento da entidade, na dinamização dos organismos que orientem a luta das fábricas. Desse modo, as subseções de S. Miguel e Sto. Amaro, concentrações importantes, são agora frequentadas, às vezes por mais de 100 operários num único dia. Em Santo André, há semanas em que se realizam 4 ou 5 reuniões de fábrica por dia. Além disso, a imprensa da entidade, em fase de profundas modificações, bombardeia as fábricas com denúncias, orientações e é, já procurada pelos operários. Enquanto não se normaliza a periodicidade do jornal (deve ser mensal) e dos boletins diários para toda a categoria, são impressos 3 a 5 boletins específicos por dia.

A organização nas empresas

No plano da organização interna nas fábricas, alguns avanços foram conseguidos, com a estabilidade para representantes dos trabalhadores, em acordos de compensação de horas. Além disso, o sindicato tem procurado inverter a situação nas eleições de CIPA, onde geralmente as empresas burlavam toda a legislação. Recentemente aliás, depois de uma grande agitação e negociação,

SINDILUTA

Nada de trégua. Vamos organizar a resistência.

Os trabalhadores nunca foram os exterior...
Os trabalhadores nunca foram os exterior...
Os trabalhadores nunca foram os exterior...

Socorro, chame o ladrão!

TELEGRAMA - 7 MAR 1983 000346
DIRETORIA DO SINDICATO DAS INDUSTRIAS QUIMICAS E FARMACEUTICAS DE SAOPAULO
RUA TAMANDARE 348 CENTRO SAOPAULO/SP (01525)

PREZADOS SENHORES ACHAMOS LOUVAVEL QUE UM SINDICATO PROTEJA OS INTERESSES DOS FUNCIONARIOS VG NO ENTANTO INFORMAMOS QUE A CAMPANHA QUE V. SAS, ESTAO FAZENDO CONTRA NOSSA EMPRESA E SORDIDA CONTRARIANDO FRONTALMENTE A PROPRIA LEI DE SEGURANCA NACIONAL VG COM A PERSPECTIVA DE PREJUIZOS PREVISIVEIS A EMPRESA BEM COMO AOS PROPRIOS FUNCIONARIOS PT ASSIM SENDO CASO ADVENHA PREJUIZOS COM VOSSA ATITUDE ANTI ETICA IMPERTINENTE E GROSSEIRA RESPONSABILIZAREMOS V. SAS, CIVIL E CRIMINALMENTE PELO MAU CAUSADO VALOR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODS QUIMS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA POR HELIO LIBERMAN O.A.B. 21391 SAOPAULO DIRETOR JURIDICO

As notícias deste quadro poderiam vir numa coluna policial. Mas, como neste país, Tucuruí, Delfins, Baumgartens e outras mumunhas vêm nas páginas de economia dos jornais, nada demais que estas venham na editoria sindical deste combativo quinzênio.

O banqueiro e ex-ministro Calmon de Sá, aquele do cheque sem fundo do Banco Econômico, enviou carta confidencial ao presidente da Federação Nacional dos Bancos, Teófilo Azeredo Santos, propondo uma pequena conspiração, digna das Delfins, Capemis e Baumgartens e outros menos votados. Eis por exemplo alguns trechos:

"A atitude que se acredita mais compatível com o interesse dos Bancos é a de consagrar o status-quo e mobilizar-se contra o movimento que pretende o retorno à jornada de 6 horas de trabalho".

Propondo atuação coordenada de todos os bancos no "assalto", o empresário afirma que "devem ser abordados e convencidos da justeza desse movimento" todos os setores e "entre eles os Tribunais Trabalhistas, os sindicatos, poder legislativo e, afinal, de modo preponderante, o Governo Federal através dos Ministérios do Trabalho, Justiça e Casa Civil".

Sabendo como se costuma convencer da "justeza" neste país, pode-se imaginar os métodos que serão empregados pelos respeitáveis senhores banqueiros. O final da carta, que vazou por descuido do autor (PRESI-009, de 5/1/83) é esclarecedor: "Estou certo de que os interesses em jogo explicam inteiramente essa iniciativa". Certoíssimo! Só falta marcar a esquina da trombadinha...

Mulheres Químicas protestam

O Sindicato dos Trabalhadores Químicos da capital paulista denunciou as condições de trabalho reinantes na Indústria Valor, onde 35 mulheres recebem abaixo do piso da categoria, gerando, por cabeça, em 9 meses, um lucro extraordinário de Cr\$ 200 mil. Além disso, a ausência de equipamentos de proteção provoca deformações profundas nas mãos e pés das funcionárias, atingidas por poderosos ácidos. E tem mais: convocadas por uma reunião do sindicato, as trabalhadoras foram presas dentro da fábrica uma hora além do expediente, além de terem as cartilhas do sindicato arrancadas de suas mãos! E por aí vai.

A resposta dos patrões foi um telegrama cujo fac-símile reproduzimos acima, ameaçando de enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

Comentário de muitos ativistas: "se é pra isso que serve a tal Lei de Segurança Nacional, é preciso derrubar e decretar a Lei de Segurança do Povo".

Igual a essa gracinha da Valor, só a do Laboratório Ayrer, que deixou escapar uma descarada recomendação de seu presidente para que "funcionárias que houverem casado, deverão ser substituídas por solteiras, exceto se o atestado médico atestar a sua esterilidade ou infertilidade, ou, se já existentes no quadro, houverem atingido a menopausa".

Pelo jeito, patrões, ministros e ex-ministros continuam convencidos de que este país é um circo, e que os palhaços são os trabalhadores. A reação dos sindicatos demonstra que a opinião dos trabalhadores é exatamente o contrário. E que a pantomina já está indo longo demais.

Não confunda

O Sindicato Metalúrgico de Araraquara, tradicionalmente vinculado à Federação e oposto ao do ABC, faz sua convocatória (1) para a constituição da Intersindical municipal. O "modelo" formal é a convocatória de S. Bernardo (2), de julho/82!! A intersindical foi fundada com a participação de cerca de 10 entidades, e reconhece a Pró-CUT, que a Federação ignora...

METALÚRGICO!
C.I.T.A. PELA BASE!
CONVOCAÇÃO PLENÁRIA INTERSINDICAL NA 6ª FEIRA, DIA 11/03/83.
LOCAL: SEDE DOS METALÚRGICOS, AV. AN. S. GENLDO, Nº 268 A PARTIR DAS 19,30 HORAS. FALOI

CUT PELA BASE!
CONVOCAÇÃO TODOS À ASSEMBLEIA: DIA 16 - SEXTA-FEIRA ÀS 19:30 HORAS NA SEDE DO SINDICATO RUA JOÃO BASSO, 121 - CENTRO-SIC VAMOS TIRAR NOSSA POSIÇÃO PARA CONSTRUIR A CUT (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES)

Coureiros Pequeno, porém decente

O Sindicato dos Coureiros poderia ser comparado ao Juventus, no Campeonato Paulista de Futebol: o moleque travesso, um time pequeno que "enche o saco" dos grandes. Numa categoria que não supera os 13 mil trabalhadores, congrega perto de 3 mil sócios com estabilidade. O que lhe custou muito jogo de cintura e muitas dores de cabeça, como as acusações patronais de transformar as empresas em "palanque" de comício.

A nova composição de diretoria, eleita em outubro de 1982, promove agora novos passos, para dinamizar a atuação dos diretores de base e dos delegados. Transformando seu jornal em boletim semanal que "pega no pé" dos patrões ao mesmo tempo que agita as questões gerais dos trabalhadores do país, a iniciativa já começa a dar resultados, com a maior frequência dos operários à sede e subseção. Além disso, a imprensa mais ágil obriga também o diretor a se formar e informar melhor, pela cobrança da própria categoria. Como diz um ativista: "é assim, entrou na briga, tem que aguentar, puxou a faca, tem que furar".

desemprego
NOTÍCIAS SINDICAIS
VAMOS PARAR
O REALISTE SEMESTRAL DE FEVEREIRO

Manifestação
Contra o Arrocho Salarial
e o Desemprego

22 DE MARÇO
3ª FEIRA

SEIS E MEIA DA TARDE

PRAÇA DA SÉ

Trabalhadores, desempregados, estudantes, donas de casa

PARTICIPEM

Em todo o Brasil estão sendo feitas manifestações como a de São Paulo. Avise seus companheiros de serviço, seus colegas, seus vizinhos.

COMISSÃO NACIONAL PRÓ-CUT (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES)
COMISSÃO MUNICIPAL PRÓ-CUT DO ESTADO DE SÃO PAULO
INFORMAÇÕES - TELEFONES 226-4105 36-6361

Em 1/outubro/1981, em mais de trezentos municípios do país, manifestações marcaram a primeira ação centralizada nacionalmente pela Comissão Pró-CUT. Em 22/3, em todo o país, procura-se realizar um Dia Nacional de Luta ainda mais estendido e maciço. Aqui, a convocação para o ato em São Paulo, lançada pela Comissão Pró-CUT Estadual.

Rio Grande do Sul

Movimento popular unido contra o arrocho

Dentro da programação estabelecida pela Comissão Nacional pró-CUT, a Intersindical Estadual do Rio Grande do Sul está chamando a todos os sindicatos, partidos e movimentos populares para o ato público contra o Decreto Lei 2012/83 que alterou a política salarial.

A concentração estadual está marcada para as 14 horas de sábado, dia 19 de março, no Auditório Araújo Viana, no Parque Farroutilha (Redenção), palco de grandes mobilizações nos anos 79/80 de várias categorias, principalmente, os professores do setor público de 1.º e 2.º graus.

Durante esta semana, como já ocorreu na semana anterior, o PT está nas ruas de Porto Alegre apoiando e convocando para a Concentração do dia 19. Até agora foi o único partido opositor que mobilizou seus filiados para se engajarem na luta dos trabalhadores contra o Decreto salarial de Figueiredo.

Aqui, uma entrevista com Paulo Paim, Coordenador da Comissão Intersindical Estadual.

— O dia 19 é a primeira manifestação unitária do movimento popular no RS. Como está a sua preparação e que providências a Comissão Intersindical Estadual tomou até agora?

— Só para dar uma idéia, no último dia 25 foi realizada em Caxias uma assembleia preparatória para o dia 19 onde participaram mais de mil trabalhadores. De lá, segundo o informe que nós temos, deverão vir em torno de 15 ônibus à Porto Alegre. E isso tem se repetido em todas as cidades que tem um movimento sindical razoavelmente organizado.

Uma das providências que a Comissão já tomou foi entrar em contato com os partidos políticos que se posicionam contrários ao decreto para que eles coloquem toda a sua estrutura à disposição da organização do dia 19. A comissão está solicitando que o PT, o PMDB e o PDT não meçam esforços procurando inclusive trazer seus presidentes nacionais para participar da Assembleia. Douro lado, temos também contado com as prefeituras de oposição para que elas coloquem ônibus à disposição dos trabalhadores e naquelas cidades onde o governo não é de oposição temos conversado com os vereadores.

Na próxima terça-feira a Comissão Intersindical vai reunir inclusive com o PDS. Vários membros da bancada do PDS aqui no RS tem se posicionado contra o Decreto-Lei que mudou a lei salarial e nós vamos propor a eles que assinem um protocolo de intenções se comprometendo a votar contra o decreto no Congresso Nacional e a fazer tudo o que for necessário para derrotá-lo.

Essa iniciativa com os partidos nós tomamos porque começamos a ver a necessidade de que os interesses da classe trabalhadora se expressassem com mais força ao nível parlamentar. Mas nós temos clareza ao mesmo tempo que o fundamental é a organização e a mobilização dos trabalhadores. E para avançar nesse sentido em relação à

A Argentina e a Polônia são exemplos claros para se demonstrar que somente com luta, usando a arma da greve geral, é que os trabalhadores irão obter conquistas.

Por Paulo Cezar da Rosa

situação anterior, nós temos buscado prioritariamente uma articulação muito forte do movimento sindical com os movimentos de bairros. Além de trabalhar junto com a FRA-CAB, com as Associações de Moradores, com os Clubes de Mães, contamos o movimento estudantil através da União Estadual de Estudantes e todas as entidades democráticas.

Nós esperamos mais de 10 mil pessoas no dia 19 e pretendemos comprometer os partidos a votar contra o projeto, organizar e fortalecer a entrega do abaixo assinado contra o decreto ao governador do estado no dia 22 e dar um passo importante na preparação da greve geral.

— A iniciativa aqui no estado de articulação de uma greve geral como única forma de barrar a ofensiva do governo surgiu aqui no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Qual a sua avaliação do que tem sido feito até agora, que perspectiva você vê da possibilidade de realizar uma greve em todo o país? Isso passaria pelo CONCLAT em agosto?

— Quando a gente começou a colocar na rua a proposta de greve geral era para dar ao movimento popular uma alternativa combativa de enfrentamento a investida do governo visando diminuir o poder aquisitivo da classe trabalhadora e passar para nossos ombros os custos da crise. Tudo o que eles têm feito é para fazer a gente pagar por uma crise que não fomos nós quem criamos e nós começamos a ver que era preciso organizar e direcionar o movimento no sentido de dar uma resposta à altura.

A idéia da greve geral tem crescido e se fortalecido no meio da classe trabalhadora. Temos dado passos importantes para a sua organização e achamos que no dia 19, quando será feita uma avaliação do que se avançou, os trabalhadores presentes vão se posicionar no sentido de deflagrar uma greve geral no país.

O exemplo da Polônia e da Argentina são claros para demonstrar que somente com luta os trabalhadores vão obter conquistas. Na Argentina, numa situação de crise, inflação e recessão maiores que a nossa, os trabalhadores não se dobraram e foram à greve geral.

Quanto à segunda questão, se a greve geral passará pelo CONCLAT em agosto, nós acreditamos que sim, que há possibilidade disso ser um ponto muito importante do Congresso. Daqui até lá essa discussão já vai estar bem mais amadurecida e é do nosso entendimento que uma Central Única que seja do real interesse da classe trabalhadora será um instru-

mento muito importante para essa perspectiva de enfrentamento da crise.

— Mas Paim, todo mundo fala em greve geral. As federações, dirigentes sindicais que pouco fazem pelos trabalhadores, e mesmo pelegos notórios. Como é isso? É a mesma proposta?

Não. A gente sabe que existem pessoas que estão procurando desgastar a greve e vão pros jornais marcar para amanhã e para depois de amanhã ao mesmo tempo que não fazem nada para organizar. Esse negócio de ficar marcando data é incorreto. Nós temos numa situação que é preciso discutir e organizar. Uma greve assim tem de ser fruto da organização dos trabalhadores, e organização não por cima mas

também na fábrica, na base, com comissões, na ligação com o bairro para engajar os companheiros desempregados, as donas-de-casa para que elas não fiquem contra os maridos por medo do desemprego.

— Mudando um pouco o enfoque, mas dentro ainda dessa questão: o general Figueiredo enviou um pedido de trégua política ao Congresso Nacional. Que repercussão vai ter isso no movimento sindical? Será que não vai haver setores que se colocarão contra um enfrentamento ao governo em função disso ou então os partidos não vão recuar da sua intenção de votar contra o decreto lei?

— Prá mim, quando o presidente Figueiredo vai ao Congresso pedir trégua é preciso situar para quem ele está se dirigindo. Essa trégua ele está pedindo para a cúpula dos partidos políticos e para os empresários. Ele não está se dirigindo ao movimento sindical porque com os trabalhadores nunca houve sequer discussão.

Greve geral pela escala móvel

Nota da direção nacional do PT sobre a luta contra a nova política salarial.

O Governo baixou o Decreto-Lei 2012 modificando para pior o sistema de reajuste salarial.

A situação antes deste decreto já não era boa. O reajuste se baseia no tal INPC, que é calculado sem fiscalização dos trabalhadores. A produtividade nunca é paga acompanhando o aumento dos lucros. E a inflação sempre come os reajustes, levando os trabalhadores a lutar pela ESCALA MÓVEL DE SALÁRIOS, que é o reajuste trimestral, ou automático sempre que os preços subirem 10%. Só desta forma garantiremos nosso salário contra a ferrugem da inflação (...)

O governo está do lado dos patrões

O governo mente quando afirma que pretende, desta forma, garantir o nível de emprego. Se salário garantisse emprego, não existiria essa massa enorme de desempregados exatamente nas faixas mais próximas do salário mínimo.

O governo mente quando afirma que a culpa é do FMI. É verdade que a entrega do controle da economia brasileira ao FMI vai trazer unicamente prejuízos à classe trabalhadora do país. Mas a corrida ao FMI já é resultado de uma crise que foi criada pelo modelo imposto pelo regime, é resultado de sua incompetência, de seu desrespeito pelo povo.

Eles criaram a crise, eles que paguem

Os trabalhadores estão se levantando contra esse decreto. E é possível derrubá-lo quando votado no Congresso Nacional. Para conseguir isso é preciso lutar dentro do Congresso e fora dele, nas ruas, nas praças, nas mobilizações.

No Congresso, a bancada federal do PARTIDO DOS TRABALHADORES já lechou questão contra o Decreto-Lei e está tentando obter o compromisso dos outros partidos no sentido de rejeitá-lo. Ao mesmo tempo, o PT está preparando um projeto de lei estabelecendo o sistema de reajuste trimestral.

A vitória depende de nossa luta

Mas só conseguiremos a vitória contra o decreto se soubermos lutar para valer em todo o país. Daí a importância de estarmos sindicalizados, comparecer às assembleias, organizarmos nos locais de trabalho. É importante reforçar a coleta de assinaturas para o Abaixo-Assinado que está sendo encaminhado pelo Movimento Sindical expressando o repúdio dos trabalhadores. O PT entende, no entanto, que o instrumento mais vigoroso e eficaz das lutas da classe trabalhadora é a GREVE GERAL, do país, com os trabalhadores cruzando os braços na mesma hora para serem respeitados pelos patrões. O PT entende, por isso, que a GREVE GERAL não pode ser descartada nas discussões que ora fazemos para encaminhar nossas lutas. O PT manifesta seu total apoio ao Movimento Sindical em realizar ASSEMBLÉIAS UNITÁRIAS nos municípios e nos Estados e em preparar caravanas que levem milhares de trabalhadores à Brasília no dia da votação do decreto. Chamamos também para a organização de vigílias e concentração em todo o país nesse dia, para engrossar o grito nacional exigindo a derrubada do decreto.

A situação atual de sufoco para os trabalhadores tem saída: a resposta é a mobilização para construir nossa força e nosso poder.

São Paulo

Ignoradas ou cooptadas

Enquanto na maioria dos Estados — Rio, Bahia, Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul — o Dia Internacional da Mulher foi comemorado de forma unitária, São Paulo assistiu a duas comemorações: a da União das Mulheres, na Praça da Sé e a dos grupos autônomos, no auditório do Masp. E enquanto o movimento se dividia nas ruas, as mulheres do PMDB entregavam ao governador eleito, Franco Montoro, a proposta para a criação do Conselho da Condição da Mulher. Aqui, o 8 de março no Rio e em São Paulo e um primeiro balanço da proposta do Conselho.

Por Marília Carvalho

A comemoração do 8 de março em São Paulo foi, sem dúvida nenhuma, a expressão das debilidades do movimento de mulheres hoje no estado. A "comemoração festiva e política" promovida na Praça da Sé pela União de Mulheres, controlada pela **Tribuna Operária**, foi, no mínimo, melancólica. Apresentando como respaldo a preparação realizada em 14 bairros da capital e no Vale da Ribeira, a União não conseguiu reunir nem mil pessoas, que sem microfones, esforçavam-se para ouvir os discursos repetidos em coro e mais ainda para encontrar dentro deles alguma reivindicação específica das mulheres.

A nota lastimável, prá variar, ficou por conta da Federação das Mulheres Paulistas (**Hora do Povo**) que convocou os "que-

ridos companheiros e companheiras" para comemorar o ano "repleto de alegrias e vitórias" no dia 6 de março, quando foram homenageados: "Luci Montoro, 1ª dama de São Paulo; senador Teotônio Vilela; Vera Salém - empresária; Maria Rodrigues - Diretora da Federação dos Gráficos (bota pelego nisso!); Ivete Vargas - deputada federal mais votada do país (sic) e Rosanita Monteiro Campos - esposa de Cláudio Campos, jornalista preso pela LSN".

Já a bonita "festa política" promovida pelo SOS, Grupo, Ação Lésbico-Feminista, SOF, Associação das Donas de Casa e CIM, primou pela despolitização. Números artísticos realmente bons foram entremeados com depoimentos sobre os encontros realizados nos bairros, lembrando muito o que lá foi

feito no ano passado. Mas com duas diferenças fundamentais: este ano não houve nenhuma proposta concreta de continuidade e nem a indiscutível politização da festa de 82 que foi aberta com uma homenagem às mulheres em luta em toda a América Central, que "nos mostram o caminho".

Enfim, nas comemorações do 8 de março o movimento não demonstrou força política para não ser ignorado, para impôr suas reivindicações, quando nem sequer definiu uma pauta de reivindicações. E, pior, parece ter esquecido os seus princípios de participação democrática e de vinculação da luta das mulheres com a luta pelo socialismo, abrindo as portas para a cooptação pela "democracia consultiva" do governo Montoro.



O ABC do Conselho

O decreto proposto pelas **Mulheres do PMDB** a Montoro institui um Programa Estadual em Defesa dos Direitos da Mulher, diretamente ligado ao Gabinete Civil do governador. Este programa deve "defender os direitos da mulher como meio de acelerar sua inserção na vida política econômica e social do estado". O Conselho Estadual da Condição da Mulher será o órgão

encarregado de "avaliar e acompanhar a execução deste programa".

As atribuições do Conselho serão a discussão e elaboração de projetos, a **recomendação** de medidas que viabilizem a solução de problemas específicos. Ele não terá dotação orçamentária (isto é, dinheiro) e deve "captar recursos junto a organizações e instituições".

A sua composição é a seguinte: uma assessora remunerada, escolhida por Franco Montoro, que será a presidente do Conselho (segundo a Folha de São Paulo, essa assessora será a professora Eva Blay); cinco técnicas representando as secretarias da Educação, Saúde, Promoção Social, Relações do Trabalho e o Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo. Para completar, dez "representantes da sociedade civil", não remuneradas, que nem a proposta nem as peemedebistas específica como serão escolhidas. Este corpo tem o prazo de 90 dias para começar a funcionar, a partir da publicação do decreto.

Segundo Maria Malta Campos, as prioridades estabelecidas no plano de ação do Conselho são o trabalho, "buscando abrir novos campos de emprego, particularmente no serviço público e promovendo a profissionalização"; a saúde, onde "serão propostos serviços básicos levando em conta a função reprodutora"; as creches, lutando "Pela expansão da rede pública no município de São Paulo, mas já deixando as portas abertas para a "creche domiciliar", ou mãe-crecheira, principalmente no interior; e o combate à violência, onde o Conselho pretende aproveitar os Centros de Assistência à Comunidade a serem criados pela Secretaria da Justiça.

Porque dizer não ao Conselho

1. A luta das mulheres é também a luta dos trabalhadores.

Com ou sem Conselho, as mulheres não devem esperar do governo Montoro soluções definitivas para a sua opressão. Não se trata de uma questão de tempo, como afirmava Floriza Verucci, advogada peemedebista à **Folha Mulher**, em janeiro último: "A discriminação da mulher levará um longo tempo para ser estirpada porque os costumes são muito arraigados".

A questão é que a raiz da opressão das mulheres penetra profundamente na estrutura da sociedade de classes. Enquanto houverem patrões, haverá trabalho doméstico, haverá família patriarcal, haverá restrições ao pleno conhecimento, controle e prazer do corpo, haverá machismo, violência, etc etc.

Nunca é demais, portanto, lembrar que só as próprias mulheres, participando ativamente de um processo revolucionário que desmonte toda a sociedade, a economia e o Estado, poderão construir a sua libertação.

2. Participação X representação

Bom, mas e até lá? Não haverá medidas a serem tomadas, reivindicações a serem atendidas? Claro que sim. Desde as mudanças nas leis — no código civil, na CLT, a legalização do aborto — até a construção de creches, o planejamento familiar consciente e por aí fora. É por essas reivindicações que o movimento de mulheres vem lutando e tem obtido conquistas no mundo inteiro.

E não haverá espaços políticos, dentro do próprio poder instituído a serem ocupados? As peemedebistas que elaboraram o projeto do Conselho da Condição da Mulher o caracterizam como "uma coisa moderna dentro de uma máquina velha"...

Não resta dúvida que nós, mulheres, estamos interessadas em exercer o poder. Mas não esse poder por representação, onde dez "escolhidas" falarão por nós nos ouvidos do governador. (Veja o "ABC do Conselho"). Queremos o poder para todas, ali onde a luta acontece, onde nos organizamos e conquistamos.

Queremos creches **sob o controle da comunidade**. Queremos postos de saúde com atendimento ginecológico e esclarecimento sobre contracepção e aborto **sob nosso controle e fiscalização**. Queremos centros para atendimento às mulheres vítimas de violência **controlados e dirigidos por grupos de mulheres**.

Que o governo Montoro nomeie mulheres que concordem com o programa do PMDB para traçar seu "Programa em Defesa dos Direitos da Mulher". Nós reivindicaremos delas, estaremos do seu lado quando elas nos atenderem ou propuserem soluções para nossos e as denunciaremos quando agirem contra nossos interesses. Com toda a autonomia que o movimento deve ter em relação à máquina do Estado.

3. Que poder é esse?

Mas vamos mais fundo na questão. Mesmo dentro desta "máquina velha", dessa "democracia consultiva" que o PMDB propõe, qual o poder real que terá esse conselho?

Em primeiríssimo lugar, o Conselho não dispõe de dotação orçamentária e deverá cavar dinheiro para seus projetos junto a outras instituições (veja no "ABC do Conselho"). Pior: nenhuma área da sua atuação está fora da jurisdição de outras secretarias (é claro, pois as mulheres estão inseridas na sociedade, estudam, trabalham, vão ao médico). Consequentemente, a implementação de qualquer projeto elaborado pelo Conselho e "recomendado" às secretarias, dependerá da boa vontade e do "feminismo" do secretariado de Montoro, todo ele, sem exceção, composto por homens!

E, por último, uma limitação que se evidenciou no debate promovido sobre o assunto pelo Centro Informação Mulher (CIM), quando as peemedebistas foram confrontadas com as reivindicações das negras, das lésbicas, das operárias, do movimento por creches etc. Na maioria dos casos elas respondiam: "Esse problema é da esfera federal. Nós apoiamos a luta de vocês, mas não podemos interferir em tal lei, nem no INPS, nem na Polícia, nem nisto, nem naquilo".

Assim, tudo indica que o Conselho da Condição da Mulher vai reunir 16 mulheres em torno de uma mesa, para pensar projetos que talvez sejam implementados, que talvez correspondam aos interesses das mulheres e que, certamente, não resolverão de vez nenhum dos nossos problemas. O que parece é que o objetivo principal deste Conselho é cooptar algumas lideranças do movimento, isolar as petistas e dar respaldo à política sobre a mulher gestada nos corredores do PMDB.

O 8 de Março no Rio

As cariocas realizaram uma passeata bonita, alegre e comovente. Fantasiadas de noivinhas, debutantes, mãe enlouquecida, prostituta e portando faixas como "Nossa vida é nosso corpo nos pertencem", elas percorreram o centro do Rio cantando e distribuindo margaridas.

Havia espaço para todos: partidos políticos, como o PT, presente numa faixa enorme e nos panfletos da deputada Lúcia Arruda, o PMDB e o PDT. Os sindicatos, como as professoras e bancárias, em delegação, reivindicando "creches em nossos empregos". Entre as bancárias, no maior pique, mais de 50 funcionárias da Delfim, devidamente uniformizadas, lutando por seus empregos. O grupo "Amigos do Peito", que defende a amamentação materna ("Mamadeira? Não, obrigado"); homens organizados, afirmando por escrito que "homem sim, machista não".

Ao final, a concentração na Cinelândia, os papéis picados do alto dos edifícios e duas mil pessoas cantando "Carinhoso", num 8 de março unitário e cheio de emoção.

(Da sucursal)

MARX, 100 ANOS DEPOIS (1883-1983)

Inglaterra, 14 de março de 1983: naquela tarde morria Karl Marx.
Nesta edição, EM TEMPO inicia uma homenagem àquele que foi o pai do socialismo científico.

Por João Antônio de Paula

O poeta já dissera —

**“Estou preso à vida e olho meus companheiros
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças”.**

**Hoje as esperanças resistem um tanto descoradas; muitos, desesperados ante a força
e o aparente, o inamovível do mundo, deixaram-se levar,
vaga de desilusão e desesperança, vão e vêm como grandes lamentos.**

**Atordoados ante a nossa pequena força, depõem mais que as armas,
seus corações petrificados, despedaçados pela degeneração da experiência socialista,
pela monstruosa realidade do capitalismo contemporâneo,
o imperialismo e a barbárie.**

Cem anos após a sua morte, Marx continua, ainda, a ser o mais fulgurante desses astros que despendidos do infinito parecem trazer os sinais de um novo mundo, o mundo que queremos, estrela de fogo a espalhar luz e força, a incendiar os corações e a razão no rumo da construção da sociedade humana.

Divisor de águas, sinal e caminho, método e praxis, sonho e realidade, Marx só queria assaltar os céus, programa grandioso que era o outro lado da descoberta da degradação, do absurdo da exploração, da alienação a que a humanidade estava submetida.

Seu caminho áspero e duro é a trajetória de uma vida, como tantas antes e tantas depois, que ousaram desafiar os poderosos, o estabelecido, a noite e a opressão, a inventar a rebeldia, a razão, a luz.

Onde a especificidade, o traço marcante que o faz único, marco do nosso tempo?

Acho que é preciso começar por reconhecer que o mundo hoje é de alguma forma o mundo tocado, transformado por Marx. Mesmo quando se o nega, a sua ausência, a sua denúncia, mesmo quando se o trai, se o macula com os crimes do autoritarismo e da rigidez burocrática.

A sombra de Marx, a marca dos seus passos, o som de sua voz, soam ainda como há cem anos. A injustiça, a exploração do trabalho humano, a degradação física e moral de milhões que só tem de seu a miséria e o sofrimento, a solidão de saberem-se condenados a uma existência de embrutecimento e silêncio.

Marx veio resgatar a dignidade dos milhões de excluídos, amplificar-lhes as vozes, fortalecer-lhes os braços, unir-lhes as mãos. Para tanto, construiu armas e armas. A arma da razão, a inquebrável resistência a toda forma de obscurantismo. A crítica das armas e a arma da crítica.

Marx é a crítica, no sentido em que a crítica é o caminho para a libertação de todas as cadeias: as cadeias da exploração econômica, as cadeias da alienação, a construção de uma sociedade que seja só fraternidade e justiça.

Marx é a política, é o partido, a descoberta da necessidade de contrapor às tenazes do estado, sua ideologia e seus aparelhos, os instrumentos da organização e solidariedade operárias.

Marx é a filosofia, é a construção de um método e de uma prática, é a realização de um programa que não separa o conhecimento da realidade de sua transformação.

Marx é a crítica da economia, é desmontagem da teia de relações que aprisionam os indivíduos a uma existência de coisa animada, que produz e reproduz-se enquanto produz e reproduz o seu algoz, o capital. A crítica da economia é a descoberta da importância essencial do trabalho e de sua exploração.

Cem anos da morte de Marx. O mundo capitalista se fez mais complexo, o socialismo, esperança e sonho, mergulhou num poço escuro e sombrio. Muitos já decretaram a morte do marxismo, seja por que seu projeto, o socialismo, se mostrou incapaz de garantir a democracia, a liberdade, e a dignidade humanas, seja porque seus instrumentos analí-

ticos se esterilizaram pelo desuso, pelo mau uso, pelo envelhecimento.

Muitos, numa certa crítica do marxismo, percorrem hoje os caminhos do passado como se novos, e como proposta têm a negação do partido e dos métodos marxistas. Querem a supressão do capitalismo, afirmam, mas querem que isso seja obra da espontaneidade do movimento.

Para combater a burocratização e esterilização vivida a partir do stalinismo, condenam o partido, vêm nele o repositório de inevitável degeneração.

Para combater a doença que acometeu o paciente, o partido, propõem sua morte. Esse certamente é remédio infalível, entretanto, por que não curar o doente, por que não enfrentar seus germes degenerativos?

Estes instrumentos, este antídoto contra a doença da burocratização e suas sequelas, chama-se democracia operária. Armar o partido, a sociedade, de mecanismos de participação e controle de tal forma que a direção esteja permanentemente sob controle das bases, oxigenar o partido, fazer com que ele reflita, viva em seu interior, todas as questões teóricas e práticas que atravessam o movimento real.

As regras de ouro da organização operária são o mais absoluto respeito à democracia, a mais intrasigente defesa e prática da razão e da fraternidade.

O partido deve ser o espaço da luta e da luz, do ideal e do diverso, espaço de solidariedade e determinação. O veneno da luta interna pelo poder, a transgressão das mais elementares regras de convivência fraterna, a ilusão e a recusa a enxergar a realidade, as doenças que matam e deformam.

Cem anos depois de sua morte, Marx é o múltiplo. Academizado, burocratizado, distorcido, dogmatizado, invocado para sancionar crimes contra a lógica, contra razão e contra o socialismo.

Marx é também o demo, o sem-nome, o cão, aquele que espanta criancinhas em noites de chuva e trovões, o Anti-Cristo pronto a invadir os mais sagrados lares comuscar-lhes a paz e a ordem.

Marx é também o que se enganou, mistificador, fundador de uma ciência de equívocos, aquele que veio falar de uma absurda contradição social quando todos sabem que a sociedade é feita de harmonia e racionalidade técnica.

Mas Marx é também a esperança. De sua pena e deu sua inspiração jorraram turbilhões de energia criativa, de força, de ousadia, de busca. Marx, o marxismo: nossos contemporâneos, falamos de nós mesmos, ensinamos a lutar, a preparar os caminhos para a emancipação da humanidade, mas também ensinamos sobre a necessidade da fraternidade, sobre o significado do outro, sobre a necessidade da reflexão, da razão, armamos-nos contra o sombrio vagalhão fascista, sempre pronto a irromper.

“Estou preso à vida e olho meus companheiros”.

“Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças”.

Mais taciturnos, hoje, as armas pendem-lhes dos ombros, seus corações batem desencorajados. Nesse momento, talvez, seja o momento de buscar Marx, e prestar-lhe a homenagem de nossa revitalização, de levantar os olhos, darmos-nos as mãos, e caminhar resolutos pelos caminhos que levam ao futuro que sonhamos.